

Cursos de Especialização na PUC-SP em  
**PSICOLOGIA**

**Abordagem Junguiana:**  
leitura da realidade e metodologia de trabalho \*

**A Educação Inclusiva na  
Deficiência Mental \***

**Formação em Psicodrama** \*\*\*

**Psicanálise e Linguagem:**  
uma outra psicopatologia

**Psicopedagogia \***

**Psicologia Clínica  
Teoria Psicanalítica**

**Psicologia e Saúde:**  
Psicologia Hospitalar

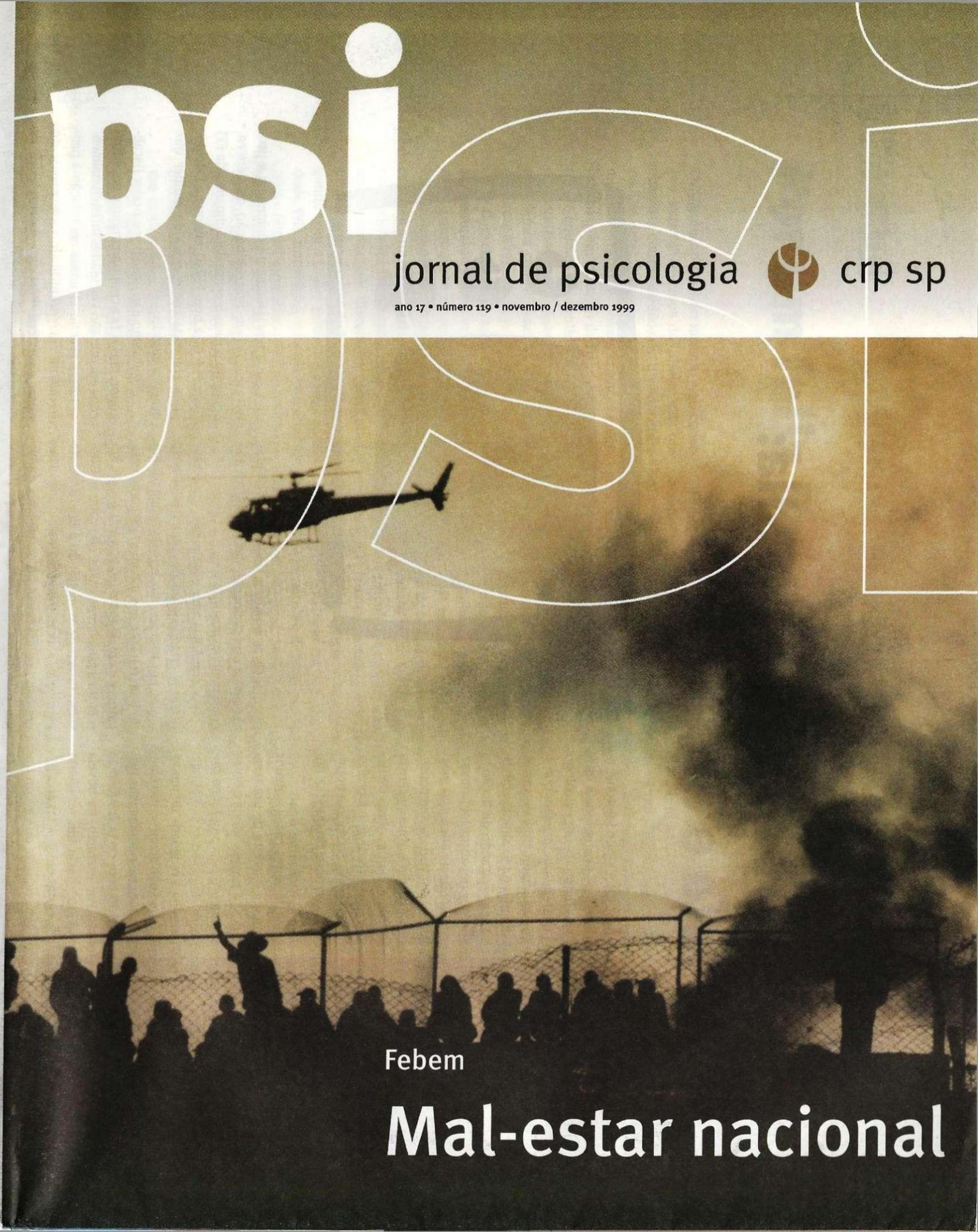
**Terapia Familiar e de Casal**

\*cursos dirigidos a profissionais das áreas de educação e saúde  
\*\*parceria com a Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP)



Consulte-nos:  
<http://cogae.pucsp.br>  
Tel: (011) 3873-3155

Vagas limitadas  
Realização sujeita ao número mínimo de inscrições



jornal de psicologia  crp sp

ano 17 • número 119 • novembro / dezembro 1999

Febem

**Mal-estar nacional**

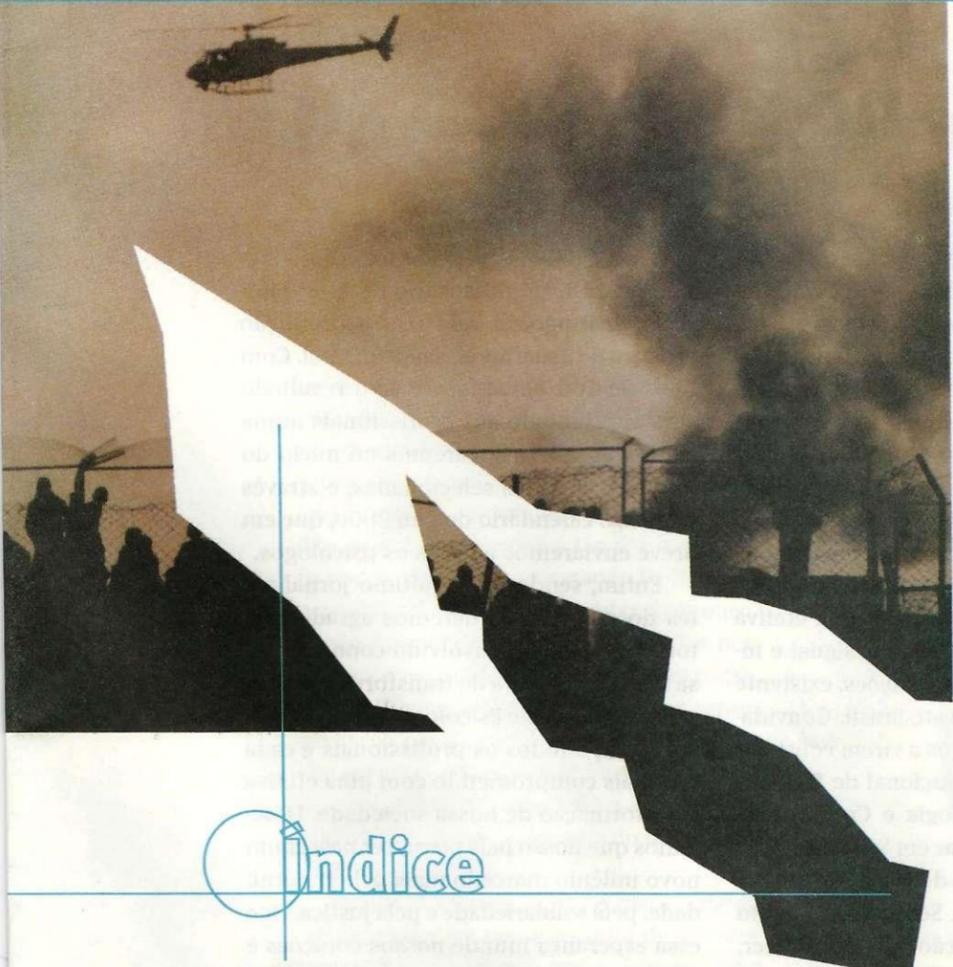


foto capa | Folha Imagem

Índice

02 Editorial

Cartas

Ética

Propaganda preconceituosa / Agentes de saúde mental

04 Entrevista

Belkiss Romano fala sobre psicologia hospitalar

Opinião

Jovens sem direito à palavra

08 Sociedade

Dossiê Febem SP: a crise terminal de uma instituição falida

Justiça

Internações de jovens são excessivas

Rumos

Terceirização do atendimento a crianças e jovens

14 De dentro

Psicólogos da Febem relatam seu cotidiano

Debate

A redução da idade penal

17 Prêmio

CRP SP cria o Prêmio Arthur Bispo do Rosário

Perfil

O pioneirismo da psiquiatra Nise da Silveira

Livros

Psicossomática entre o bem e o mal

21 Informática

Tecnologia para pós-humanos?

Notas

Mostra de práticas em Psicologia

23 Agenda

Orientação

A Psicologia na mídia

“Eles estão como uma fera mais domesticada”

Marta Godinho, ex-secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado, no *Diário Popular*, em 26/9, sobre os garotos fugitivos da Febem soltos nas ruas de São Paulo

“Não tem como controlar, a não ser do jeito que se está fazendo”

Governador Mário Covas, na *Folha de S. Paulo*, em 25/10, sobre a rebelião na Febem-SP

“Não temos nada a perder”

M.S., 17 anos, adolescente interno na Febem, em 25/10, durante a rebelião na Imigrantes

“O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma receita que ainda está para ser aviada”

Paulo Frota, juiz da Infância e Adolescência de Belém do Pará, em 18/11, durante debate na PUC-SP

“Que seres humano que nós somos, meu Deus do céu? Será possível que nós somos a maioria intelectual e deixamos crianças pobres passar fome, ser judiada dentro da Febem? Daqui a vinte anos, vamos ter vergonha de não ter feito nada pelos nossos jovens”

José Gonçalves, pai de adolescente interno na Febem, em 18/11, na PUC-SP

“Na Febem e nas penitenciárias, a época de Natal é perigosa. Fica excitado o sentimento de liberdade”

Governador Mário Covas, na *Folha de S. Paulo*, em 25/11



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Lumêna Almeida Castro Furtado  
Vice-presidente | Odair Furtado  
Secretário | Alexandre Nicolau Luccas  
Tesoureiro | Rogério Izidro Duran

Conselheiros efetivos

André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Carmem Sílvia Taverna, Katia Rubio, Leliane Gliosce Moreira, Odette de Godoy Pinheiro, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Sandra Maria Sawaya, Vania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves

Conselheiros suplentes

Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Brito Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Mariângela Aoki, Milton Baldon, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Sueli Pereira Pinto e Valéria Pereira

Gerente geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Odair Furtado, Inez Guimarães Pistelli, Elizabeth Arouca, Katia Rubio, Elisa Sayeg, Rafaela Cocchiola e Vania Conselheiro Sequeira

Edição e textos Luís André do Prado (MTB 2212)

Revisão de textos João Hélio de Moraes

Fotos Márcia Zoet, Agência Argos

Projeto gráfico e editoração Fonte Design (11) 822 9085

Ilustrações Gilberto Tomé

Impressão Folha Gráfica

Tiragem 42.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
cep 05410-020 São Paulo - SP  
tel. (11) 3061 9494 fax (11) 3061 0306

E-mails

Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
Informações | info@crpsp.org.br  
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
Administração | admin@crpsp.org.br  
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br  
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel (18) 322 6224, 322 3932  
Bauru | tel (14) 223 3147, 223 6020  
Campinas | tel (19) 243 7877, 241 8516, 243 6796  
Ribeirão Preto | tel (16) 620 1377  
Santo André | tel (11) 444 4000  
Santos | tel (13) 235 2324, 323 8115  
São José do Rio Preto | tel (17) 235 2883, 235 5047  
Taubaté | tel (12) 233 3867, 232 9357

# Por um feliz Brasil, no ano 2000

Chegamos ao final do milênio sem conseguir superar diversos dos males que nos desafiam como cidadãos em nosso cotidiano. Um deles, e um dos principais, é a forma como tratamos nossas crianças e adolescentes em situação de risco, particularmente aqueles em conflito com a lei. Para conseguirmos ser felizes enquanto nação, precisamos com urgência reordenar radicalmente a relação hoje estabelecida!

O Conselho Regional de Psicologia SP tem assumido sua parcela de responsabilidade, como parte da sociedade civil organizada, aglutinando vários atores envolvidos com a questão do atendimento a crianças e adolescentes autores de atos infracionais, produzindo discussões, construindo propostas concretas de intervenção, dialogando com o poder público e com a sociedade (via imprensa), com os psicólogos, com o Ministério Público. Enfim, buscamos transformar o sentimento de indignação e tristeza que tomou conta do país, particularmente de São Paulo, frente a esse problema, em ações concretas de mudança. É preciso extinguir a Febem para iniciarmos um novo tempo, onde haja lugar e esperança para os excluídos. Dedicamos esta edição do Jornal de Psicologia CRP SP qua-

se inteiramente a informar sobre o que está acontecendo (já que boa parte das informações não tem sido publicada pela imprensa em geral), com o objetivo de propiciar maior reflexão sobre nossa prática profissional nesse campo e motivar o engajamento nesse movimento.

Nesse sentido, estamos também criando espaços objetivando dar visibilidade ao que estamos fazendo, a tudo que o psicólogo tem produzido, nos diversos campos de trabalho, apontando para uma efetiva transformação da realidade desigual e injusta, carregada de contradições, existente em todos os cantos deste Brasil. Convidamos todos os psicólogos a virem construir conosco a **1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, Psicologia e Compromisso Social**, que terá lugar em São Paulo, nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2000, no Anhembi, São Paulo, Capital. Será um momento de troca, de socialização do nosso fazer, no qual poderemos aprofundar juntos a reflexão sobre o compromisso de mudança que deve nortear nossa prática.

Ressaltamos ainda a grande adesão que obtivemos à proposta do Conselho (coordenada em parceria com a Associação Franco Basaglia, SOS Saúde Mental e As-

sociação Franco Rotelli) de instituir o Prêmio Artur Bispo do Rosário de Artes Plásticas, destinado a valorizar a produção artística de usuários de saúde mental. Com mais de 100 obras inscritas, o resultado será apresentado aos profissionais numa exposição que realizaremos no início do ano com as obras selecionadas, e através do nosso calendário do ano 2000, que em breve enviaremos a todos os psicólogos.

Enfim, sendo este o último jornal antes do ano 2000, queremos agradecer a todos que têm se envolvido conosco nessa instigante tarefa de transformar o Conselho Regional de Psicologia SP num espaço aberto a todos os profissionais e cada vez mais comprometido com uma efetiva transformação de nossa sociedade. Desejamos que nosso país possa ver nascer um novo milênio marcado mais pela fraternidade, pela solidariedade e pela justiça. Que essa esperança inunde nossos corações e nos faça continuar sempre em frente. É o que desejamos a você e a seus familiares!

**Lumêna Almeida Castro Furtado**

Conselheira-presidente do CRP SP

## Cartas

### Manifesto Febem-SP

✦ Gostaria de parabenizar o CRP pela publicação do manifesto contra as condições de atendimento ao menor carente ou infrator que perduram há muitos anos na Febem. Tive a oportunidade de trabalhar com esses garotos (internos da Unidade Tatuapé) há aproximadamente 12 ou 13 anos e posso dizer que de lá para cá nada mudou, ou melhor, ficou pior o que já era ruim. Tenho certeza de que atitudes como a publicação do manifesto só fazem engrandecer os profissionais da categoria. A omissão diante dos problemas de nossa sociedade, na minha opinião, é a mais grave conduta antiética que podemos ter. Um forte abraço a todos.

Mauro L. Azevedo, São Paulo, por e-mail (lojart@rt.com.br)

*O CRP SP agradece o apoio. Continuamos alertas para o assunto, como mostra esta edição, quase toda voltada para o tema.*

### Ética & publicidade

✦ Gostaria de deixar registrada minha indignação pelo comercial, visto no horário nobre, da Faculdade FEI, pois o mesmo rebaixa os cursos de Psicologia, Pedagogia e Moda. Como se estivéssemos apenas passando o tempo e não querendo crescer. Gostaria que algo fosse feito.

Bianca Cristina da Silva, Faculdade Mackenzie, SP, por e-mail (albano@resenet.com.br)

✦ Com uma mistura de indignação e muita tristeza, nós também fomos mais uma en-

tre as milhares de pessoas que reagiram à propaganda veiculada pela FEI, que foi ofensiva e desrespeitosa para com outras categorias profissionais e, em particular, com a mulher. (...) É profundamente triste assistir a essa visão difundida de sucesso e vitória a qualquer custo que contamina nossos jovens e suas formas de pensar, deformando a vida e a realidade. (...) Nessas horas é que percebemos o quanto de preconceito ainda resta, como ranço das antigas formas de discriminação, contra as quais devemos sim reagir e agir com rigor, no sentido de não permitir que do nosso convívio participem pessoas totalmente despreparadas que ainda ofendam e discriminem a mulher.

Oscar Fernandes Filho, psicólogo, S. Paulo

✦ Na qualidade de estudante do 4º ano de Psicologia, gostaria de parabenizar o CRP SP pela atitude adotada em relação à publicidade da FEI. Me senti pessoalmente ofendida quando vi pela primeira vez esse comercial, que discriminava não só psicólogos, como também outras categorias. Foi muito gratificante verificar que o CRP está preocupado em lutar pelo respeito que deve ser devido à categoria. Acredito, no entanto, que a FEI deveria retratar-se publicamente, mediante publicidade tão abrangente quanto a que serviu para divulgar seus preconceitos.

Ana Lúcia, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, por e-mail (rhdes@oxiteno.com.br)

*O CRP SP vai recorrer da decisão da Câmara do Conar que revogou a liminar concedi-*

*da em novembro pelo relator do processo, sob o argumento de que "o comercial foi baseado no comportamento dos jovens e reproduz frase e conceitos com os quais eles se manifestam". Temos a nosso favor que o relator, sr. Rubens da Costa, continua se posicionando nos autos ao lado do Conselho. Na USP, estudantes de Psicologia recolheram cerca de 900 assinaturas num abaixo-assinado contra a campanha. Iniciativas similares podem ajudar na ação que o CRP SP vai mover agora na Justiça com um reivindicando a retratação mencionada.*

### Comunicação

✦ Meus alunos do curso de Comunicação Visual identificaram no novo logo alguém abraçando, segurando algo partido. Achei significativa a interpretação, que tem tanto a ver com nossa profissão. Obs.: comparem a nova marca com o logo da Toyota Automóveis.

Hubert Fritz Bierast, São Paulo, por e-mail (cleivan@gloria.marista.org.br)

*A interpretação é bastante positiva e reafirma nosso acerto na escolha da forma que passou a representar o CRP SP.*

✦ Agradeço pelo jornal que nos enviaram e peço que nos enviem sempre, pois foi o primeiro que recebemos de sua instituição e consideramos muito interessante. Em frente com esse trabalho!

Diana S. Lesme, presidente da Sociedade Paraguaia de Psicologia, por e-mail (dia123@hotmail.com) ●

# Conselho move ação contra campanha publicitária da FEI

Causou indignação entre os psicólogos a decisão da Câmara do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, Conar, em 9 de dezembro, de cassar a liminar expedida pelo relator Rubens da Costa Santos, em 11 de novembro, acatando representação feita pelo Conselho Regional de Psicologia de SP contra a campanha publicitária "Faça bem feito, faça FEI", veiculada em toda a mídia pela Faculdade de Engenharia Industrial, FEI.

O CRP SP entrou com representação no Conar por considerar que a campanha da FEI é claramente discriminatória à profissão de psicólogo e fere o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária nos seus artigos 1º, 2º e 20 e em seu anexo B. O artigo 20, por exemplo, determina que "nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política ou de nacionalidade".

Em todas as peças da campanha, veiculada através de anúncios publicados nos principais jornais do Estado e em outdoors e divulgados em rádio e TV, uma adolescente diz a seguinte frase: "Se você escolhe a faculdade pelo número de meninas por metro quadrado, vá fazer psicologia, moda, decoração e etc."

O CRP SP argumentou, nos termos da representação ao Conar, que a mensagem contribui para o "desprestígio da profissão", pois "é discriminatória e insinua que a Psicologia é uma profissão menor, que tem por finalidade apenas o entrosamento com 'menininhas'". "É dez para um", reforça o anúncio feito para televisão.

"A campanha da FEI incorre em duplo preconceito, contra uma categoria profissional e contra a própria mulher, ao sugerir

que a Psicologia é uma categoria menor por ser formada majoritariamente por mulheres", argumenta Odair Furtado, coordenador da Comissão de Comunicação do CRP SP. Com a cassação da liminar, a FEI poderá veicular sua campanha preconceituosa novamente. Mas o CRP SP não desistiu da defesa da categoria e se prepara agora para entrar com ação na Justiça comum pedindo a suspensão da campanha e retratação pública pela FEI. ●



O anúncio publicado nos principais jornais de São Paulo, durante o mês de outubro

## Curso forma agentes em saúde mental

Uma festa de confraternização e a apresentação de um sociodrama público pelo Grupo Extramuros marcaram o término, dia 19 de dezembro, do 1º Curso de Formação de Agentes Comunitários de Saúde Mental, que reuniu cerca de 40 lideranças populares e sindicais vindas de várias cidades do Estado. São pessoas ligadas a movimentos como a luta antimanicomial, terceira idade, GLS, meninos e meninas de rua, negros, mulheres, por moradias, dos profissionais do sexo, em defesa dos favelados, MST e outros.

Iniciativa inédita, o curso buscou qualificar a escuta, o olhar e as ações dessas lideranças, promovendo reflexão política, social, de gênero e saúde. Por intermédio das aulas teóricas, pesquisa de campo, oficinas de arte e grupos operativos, possibilitou o exercício

criativo de repensar o institucional, o processo de inclusão e o saber popular, contando com as presenças de Fernando Haddad, Miriam Chnaiderman, padre Júlio Lancelotti, Odete Pinheiro Godoy e Marta Suplicy.

Organizado e coordenado pela Associação SOS Saúde Mental, em parceria com o Instituto Sedes Sapientiae, contou com o apoio do CRP SP, do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, do Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social da USP, Lapso-Ípusp, além de parlamentares da Câmara Municipal de São Paulo. Desdobramentos em outros municípios deverão ocorrer no próximo ano. Interessados deverão contatar a SOS Saúde Mental pelos telefones: (11) 5011 1941, com Isabel Cristina Lopes, e (11) 6098 4492, com Anna A. Oliveira. ●



Os alunos do 1º Curso de Formação de Agentes Comunitários; ao centro, a psicóloga Marta Suplicy

## fale fácil com o CRP SP

Novo sistema de atendimento automático do Conselho permite discar diretamente para o setor com o qual se quer falar, sem ter de passar pela telefonista. Antes de discar, veja com quem quer falar e resolva seu problema mais rápido:

### Ramal 110 – Atendimento

Informa sobre registros profissionais, alterações nos mesmos, mudanças de endereços, cadastro, anuidades, parcelamento de anuidades etc.

### Ramal 120 – Centro de Orientação

Fornecer informações aos profissionais de Psicologia sobre procedimentos legais, éticos e técnicos.

### Ramal 130 – Eventos

Informa sobre realizações e promoções do CRP SP ou em parceria com outras entidades, tais como seminários, palestras, encontros, mostras, prêmios, videoclube etc.

### Ramal 140 – Coordenadoria Jurídica

Informa sobre processos jurídicos, tais como casos de anuidades encaminhadas à dívida ativa e outros.

# Modelo para a prática psicológica em hospitais

Diretora desde 1974 do Serviço de Psicologia do Instituto do Coração, Incor, doutora pela PUC-SP e livre docente em Psicologia Clínica pela USP, Bellkiss Wilma Romano é uma das pioneiras da psicologia hospitalar no Brasil. Com cerca de 30 anos de atividades na área, implantou o primeiro curso sobre o assunto do país (na graduação da PUC-SP) e também redigiu a primeira tese de doutoramento e livre docência sobre o tema. Neste final de 1999, Bellkiss comemora com um livro histórico a passagem dos 25 anos de criação do Serviço de Psicologia do Instituto do Coração, Incor, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ao mesmo tempo, lança "Princípios para a Prática da Psicologia Clínica em Hospitais", um livro assinado por ela própria, no qual explora o papel do psicólogo em relação à instituição hospitalar, à equipe médica, ao paciente e à família do doente. Este é também o assunto desta sua entrevista ao *Jornal de Psicologia CRP SP*

**Psi** - Como se deu sua formação e dentro dela o encontro com a psicologia hospitalar?

**Bellkiss Romano** - Estou dentro do hospital desde o segundo ano do curso de Psicologia, que na época era um curso para 50 pessoas. A profissão foi aprovada em 1962 e eu entrei na escola em 1968. Estava recém-começando. Para se ter uma idéia, quando acabávamos o curso tínhamos que correr ao MEC para registrar o diploma. Nunca fiz isso na minha vida. Quando foi criado o CRP, eu estava completamente irregular. Então, corri para me registrar. Sabe qual é o meu registro no CRP? É número 95. Quem estava na profissão era formado em outra área: pedagogo, letras, filósofo, ou alguém que tinha ido para Viena e feito um curso por lá... Naquela época, quase só se podia falar de Psicologia dentro do hospital psiquiátrico. Então, no segundo ano da faculdade, algumas das minhas colegas sugeriram que fôssemos fazer um estágio na Psiquiatria do Hospital das Clínicas. Topamos a parada e fomos. Fui estagiária no HC durante quatro anos, no período de graduação - que era de seis anos. Desse grupo inicial do estágio, ficamos em duas ou três pessoas. A essa altura, eu já tinha feito um percurso dentro do hospital: fui da Psiquiatria para a Neurologia, dali para a Neuropsicocirurgia Funcional e fui ficando bem apaixonada mesmo. Na época em que me formei, estavam começando as cirurgias cardíacas, e o professor Zerbini estava interessado nas máquinas de perfusão, que filtram, oxigenam e mantêm a temperatura e a velocidade do sangue enquanto o coração está sendo operado. Mas havia um problema: a oxigenação da máquina não era perfeita, deixando que bolhas de oxigênio voltassem para dentro do corpo e se instalassem no cérebro, dando origem a quadros psicopatológicos transitórios. O paciente podia ter problemas, como de linguagem, por exemplo. O professor Zerbini foi à Neurologia e pediu para o pessoal de lá fazer uma pesquisa para testar dois filtros. Me indicaram para o trabalho e comecei a pesquisa na Beneficência Portuguesa. Então, o professor Zerbini me fez entender o sistema e foi a primeira vez que eu vi uma cirurgia cardíaca. Mas aconteceu que eu acabava saindo

da sala de pesquisa para atender pacientes por solicitação dos médicos. Em 1974, eu estava indo para o Canadá estudar Neuropsicologia quando o Incor estava se preparando para começar a atender pacientes. Foi então que o professor me convidou para vir para cá e tive o primeiro grande problema da minha vida: ir ao Canadá ou atravessar a rua e ficar aqui mesmo, no Incor. Decidi ficar. Mas ainda não sabia o que a Psicologia fazia dentro de um hospital e, mais grave ainda, não tínhamos um modelo para seguir. No Brasil, o primeiro registro de psicólogo em hospital que consegui levantar data de 1953, no Rio Grande do Sul: o Hospital de Clínica, de Porto Alegre, tinha uma colega psicóloga chamada Sueli Brunstein. No HC, tivemos duas psicólogas: Aedyl Macedo de Queiroz, em 1954, e Mathilde Nelder, em 1957, na Ortopedia. A Aedyl fazia parte de um grupo de Higiene Mental comandado por uma psiquiatra, doutora Dulce Marcondes. Teve também, posteriormente a isso, o Máximo Estefano, que era nosso chefe na Psiquiatria, que é psiquiatra e psicólogo. E tinha um outro psicólogo, Geraldo, chefe do setor de Recrutamento e Seleção de Pessoal. Mas ele não gostava de ser apresentado como psicólogo, achava que era de menos valor para a atividade que exercia.

**Psi** - Esses psicólogos não dispunham de nenhum substrato metodológico para exercer um trabalho mais específico?

**Bellkiss** - Faziam apenas um transporte do modelo do consultório para o hospital. Acontece que dentro de um consultório estamos entre quatro paredes, nada acontecendo em volta. Só entra dentro da sala o que o paciente trouxer. Dentro do hospital, a sala do psicólogo está inserida no meio do "burburinho". O mundo não existe apenas através da boca do paciente. Eu posso sair para saber coisas. A família dele vem visitá-lo e eu posso formar o meu conceito a respeito do relacionamento dele com a mãe. Aliás, essa é uma discussão muito grande, porque os psicanalistas teimam em dizer que a demanda só existe a partir daquilo que o sujeito solicita e, dentro do hospital, não é assim que acontece. Há uma demanda que você não precisa solicitar. Eu sei que ela existe. Se o paciente vai fazer uma cirurgia cardíaca, eu já sei de antemão que daqui a um ano ele pode ficar deprimido. Então, posso atuar em cima disso, orientar a família sobre essa depressão e seus sintomas. Existe uma demanda do sujeito, mas existem outras coisas que posso fazer antecipadamente. O fato de eu estar aqui há 20 anos me dá chancela para dizer que mesmo sem conhecer a esposa do paciente, ela deverá ser orientada quanto às necessidades e comportamento do paciente após a cirurgia cardíaca, por exemplo. Se o paciente é obeso e isso é um fator de risco para as complicações pré e pós-operatórias, sei que atrás dessa obesidade pode existir um componente emocional - e não preciso esperar que ele me diga

bellkiss



Bellkiss Romano no Instituto do Coração, 1999

isso. Essa foi a grande diferença que percebi quando entrei no hospital. Não havia ali um modelo próprio a ser observado. O que existia era o rígido modelo do consultório transportado para dentro de um lugar que fervia em informações.

**Psi** - *Ter continuado a vida acadêmica foi o que a levou a refletir sobre essa ausência de modelo?*

**Bellkiss** - Sem dúvida nenhuma. Mas há um outra questão importante, que é o meu passado. Eu estava há quatro anos dentro do hospital e já sabia o que *não* era para ser feito. Temos de fazer os modelos sociais a partir das necessidades que as pessoas onde estamos inseridos nos trazem. Não adianta ficar interpretando relação de mãe e filho. Tenho de perguntar qual é o problema desse grupo onde estou. Os conceitos têm de ser adaptados, revistos, readequados. Isso só acontece se você estiver da porta pra fora, porque da porta pra dentro é superfácil. Dentro do hospital, por exemplo, vejo casos como o de crianças que gostam de ficar aqui. Existe isso em algum livro? Não. Isso acontece porque aqui ela tem o que não tem na casa dela, como brinquedos, cuidados... De vez em quando precisa ir ao centro cirúrgico, mas isso passa a ser de menos...

**Psi** - *Um problema social aliado a um problema médico...*

**Bellkiss** - Claro. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que "toda mãe tem direito a ficar internada com seu filho dentro do hospital". Isso é mesmo fundamental. Mas e aquela mãe que precisa tomar três conduções para estar aqui e só consegue internar o filho dela neste hospital, porque é público? Ela não tem dinheiro para vir. Então, como fazer? E com quem deixar os outros três filhos para poder ficar internada com um deles? O psíquico e o físico esbarram obrigatoriamente no social. Não dá para você entender a pessoa só olhando o psíquico. As pessoas são obrigatoriamente biopsicossociais. Então, esse modelo que estamos trabalhando aqui no Incor pode ser transportado para outro lugar? Na média, acho que ele pode, mas vão existir ajustes. Cada hospital vai ter a sua realidade e, efetivamente, discutir e entender esse lugar em que se está inserido é ter compromisso social.

**Psi** - *Como se deu no Brasil o desenvolvimento da psicologia hospitalar e como você se situa nesse quadro?*

**Bellkiss** - Eu propus, em 1977, o primeiro curso de psicologia hospitalar realizado no Brasil, que se chamou Psicologia Clínica Aplicada a Hospitais, na PUC. Fizemos como um curso optativo dentro da graduação. Um problema é que não se tem uma bibliografia para a prática da Psicologia no hospital. Se entrarmos nas especialidades médicas, aí teremos muitos encontros. Por exemplo, Oncologia e Psicologia, Gastroenterologia e Psicologia... Na Gastro há vários estudos experimentais com animais sobre ulcerações de estômago em situações de estresse etc. Mas não há muitas referências sobre aspectos aplicáveis da Psicologia dentro do hospital. Por exemplo, como proceder quando se tem que dar um diagnóstico de câncer, quando se interna um paciente na UTI e ele está em estado grave? Você conhece a morte, os aspectos psíquicos da perda, do luto. Mas como é isso quando você está com o paciente dentro de uma UTI com uma equipe médica e a família esperando lá fora? É essa peculiaridade que tem de ser explorada. Algumas considerações importantes precisam ser feitas sobre a Psicologia aplicada ao hospital. A primeira é distingui-la do recrutamento e seleção de funcionários para trabalhar dentro do hospital, que é psicologia organizacional, e não hospitalar. Para esse profissional, o hospital deve ser entendido como uma empresa, como um banco, uma feira de eventos. Outra consideração diz respeito à contratação, que tem sido muito comum, de psicólogos para humanizar hospitais. Isso é ridículo, porque humanização não é responsabilidade de uma profissão. É responsabilidade de todos nós, enquanto pessoas. Tratar as pessoas pelo nome e não pelo número é uma questão de educação, não de profissão. E há mesmo aqueles que dizem que psicologia hospitalar não existe, o que existe é psicologia da saúde. Mas eu pergunto: a psicologia da saúde só estuda doenças? Estuda o quê? Estuda o desenvolvimento infantil, mas isso não é psicologia do desenvolvimento? Estuda o perfil de personalidade para o desenvolvimento de tarefas, mas a psicologia organizacional também não estuda isso? A social também? Então, o que afinal estuda a psicologia da saúde? Isso é uma grande e polêmica incógnita...

**Psi** - *Como funciona o modelo de trabalho implantado no Incor? Qual é seu diferencial?*

**Bellkiss** - Aqui, no Incor, temos muito claro qual é a área de cada um. Temos uma

colega que atende clinicamente os funcionários, porque, como em todas as empresas, existem funcionários alcoólatras, disléxicos, que brigam com o marido etc. Ela não está sob a minha responsabilidade, mas ligada ao Serviço de Atendimento Médico ao Funcionário. Temos duas psicólogas trabalhando no Recrutamento e Seleção e Avaliação do Desempenho, subordinadas ao Recursos Humanos. E temos outra psicóloga no Programa de Qualidade, que não tem nada a ver com humanização, subordinada à Diretoria Executiva. E tem a minha turma do Serviço de Psicologia, com 15 psicólogos contratados e 10 residentes. Esse pessoal é que faz a clínica em hospitais, atende o paciente e sua família. Na hora de contratar, o administrador do hospital, que está distante do nosso modelo, vai contratar uma psicóloga para, por exemplo, atender os funcionários da cozinha, porque estão faltando muito ao serviço, treinar os recepcionistas, porque eles são o cartão de visitas do hospital, e também para que veja os pacientes e suas famílias. Essa pessoa, supondo que esteja num hospital com 300 leitos e 500 funcionários, por conta matemática não poderá fazer as tarefas dela, seja quais forem. E além disso há, como falei, as questões da especificidade do saber, que são um ponto fundamental.

**Psi** - *Além da falta de um modelo teórico, as instituições hospitalares não entendem a função da psicologia hospitalar?*

**Bellkiss** - Não é assim tão fácil quanto você está pensando. Não é só o administrador que não entende o que a gente faz. O problema grave é que nós mesmos, psicólogos, não estamos entendendo o que estamos fazendo nos hospitais. Recebi um comunicado do CFP dizendo que a partir de agora vai poder haver residência em Psicologia da Saúde. Mas aqui no Incor nosso serviço de residência existe desde 1983, e anterior a isso há o HC de Ribeirão Preto. Já começamos aqui em casa, que bárbaro, temos experiência sobre isso. Mas aí começam a aparecer universidades dentro de um programa que eu entendo única e exclusivamente prático, ou melhor, com uma ênfase indiscutível na parte prática. Você já ouviu falar em residência na teoria, na universidade? Não consigo entender... De cada dez pessoas que estão na formação da psicologia hospitalar, seis são da universidade. Alguma coisa está errada nisso. A universidade não deve ter nada com a residência, que

é um programa de prática. A menos que esse curso de Psicologia esteja vinculado a um hospital-escola próprio, e que esse hospital tenha um corpo de psicólogos próprio. Temos aqui, em nosso programa, 1.700 horas, das quais mais de 900 são para atender doentes. O profissional vai fazer um monte de cursos teóricos, mas o negócio dele é o doente e o supervisor, que estão no hospital. Não existe supervisão em residência sem que se esteja em hospital, a menos que se faça uma supervisão nos moldes teóricos, que é a mesma coisa que ensinar uma enfermeira a usar o esparadrapo, a fazer um curativo, mas sempre sentada na universidade, sem o doente na frente.

**Psi** - Qual é a tarefa do psicólogo hospitalar, dentro desse seu modelo?

**Bellkiss** - Seria atender, identificar, intervir e registrar os desajustes emocionais do paciente e da família dele decorrentes do diagnóstico, do processo que ele vai sofrer dentro do hospital e, depois, durante sua reinserção na sociedade. Isso pode ter uma leitura mais rápida, se ele for um paciente agudo, ou uma leitura mais complicada, se for um paciente crônico. O que isso quer dizer? Estou com um cardiopata e vamos definir se ele é candidato a transplante cardíaco. Então, ele tem um percurso a seguir na relação dele com essa doença dentro do hospital, assim como sua família também. Temos formas de intervir. Por exemplo, colaborando com programas educativos, prevenindo a depressão, enfim, mil coisas. Se esse paciente também tem um relacionamento familiar complicado, não é minha tarefa tratar disso dentro do hospital. Não posso. Passam pela minha porta 2 mil pessoas por dia, como vou pegar um e deixar ele feliz? Não posso fazer isso porque tenho o compromisso social de atender pelo menos 10% desses 2 mil. Tenho questões abrangentes. Evidentemente, estou olhando o paciente globalmente. Identifico o problema dele, sensibilizo a equipe para o caso durante o tratamento e o encaminhamento para a comunidade. Atendemos todos os pacientes, mas não temos fôlego para atender todo mundo individualmente. Então, trabalhamos por programas. Por exemplo, fazemos grupos com os obesos identificados pelo Setor de Nutrição e Dietética. Cada programa tem uma característica. Temos até programas de atendimento individualizado, mas priorizamos o grupo, pois otimizamos nosso tempo.

**Psi** - Como obter reação dos pacientes num ambiente onde se enfrenta a dor e a possibilidade da morte?

**Bellkiss** - Às vezes se enfrenta, ao contrário, uma tremenda negação e o paciente acha que não vai morrer nunca. Também enfrento interpretações de pacientes transplantados que acham que, depois do transplante, tudo vai mudar, que ele vai ser outra pessoa, vai nascer de novo. Temos de tudo.

**Psi** - Mas não é um ambiente que cria um quadro mais difícil do que o ambiente externo para o trabalho psicológico?

**Bellkiss** - É mais difícil por causa do tempo: num consultório você mantém o paciente por um, dois, cinco anos. É bárbaro e a pessoa gosta. Aqui, tenho 10, 12 dias. Posso até ficar mais tempo, se for um crônico. Mas eu jamais ficaria com um mesmo paciente por cinco anos. Aliás, se uma psicóloga minha estiver acompanhando alguém há mais de um ano e meio, é chama-

“Dentro de hospital, trabalha-se em equipe. Eu uso uma figura: estamos todos em volta do paciente, no mesmo grupo. O psicólogo não pode agir como alguém que se arroga essa onipotência de dizer: ‘Eu sou mais que vocês e vou olhar a relação que vocês estão tendo’”

da. Isso justamente por causa do nosso compromisso social, do compromisso social do hospital. Essa é a nossa grande dificuldade em relação ao instrumental, ao referencial dos outros psicólogos. Temos uma vantagem no Incor: temos um ambulatório, que a maior parte dos hospitais não tem, porque somos um hospital-escola. Aqui temos o começo, o meio e o fim do processo do adoecer. Mas, na maioria das vezes, os hospitais só têm a internação. Devolve-se o paciente para um posto de saúde ou para o nada. Se o psicólogo não focar exatamente no que vai interferir, está perdido e não vai fazer nada. E será despedido, porque o administrador não vai entender o que é que ele está fazendo lá.

**Psi** - E em relação às famílias dos pacientes: até que ponto elas interferem e como o psicólogo interage com elas?

**Bellkiss** - Toda vez que falamos de um paciente em hospital, estamos falando também em sua família. É inevitável trabalhar com a família, é obrigatório. Mesmo porque o paciente está acamado, e é a família que vem abordar a equipe. Há famílias ansiosas, que têm as reações mais surpreendentes. Tivemos mais de uma vez casos de famílias que queriam decidir pela incapacitação do paciente do ponto de vista mental. Nessas situações, contamos com a ajuda dos advogados do hospital.

**Psi** - Como o psicólogo interfere na dinâmica das equipes profissionais?

**Bellkiss** - Ele não interfere, ele colabora e participa. Se você partir do pressuposto de que vai interferir, que o outro profissional não sabe o que está fazendo, o trabalho está perdido. O psicólogo pode dizer: “Não dá para fazer a cirurgia desse paciente hoje, porque do ponto de vista emocional pode complicar no pós-operatório. Ele pode esperar?” O médico vai dizer: “Tá bom, ele pode esperar”. O psicólogo interferiu na agenda, mas sua postura tem de ser de colaborador. Já vimos que estados ansiosos pré-cirúrgicos complicam no pós-cirúrgico e o paciente dá trabalho, pode ter infecção, agitação psicomotora, vai ter de ser amarrado na cama. Então, isso é colaboração.

Mas, às vezes, o estado do paciente é gravíssimo e o médico diz que não dá para esperar. Paciência, temos de enfrentar o risco. Nesse caso, o psicólogo deve se preparar e preparar a equipe para os possíveis sintomas pós-operatórios do paciente. O entendimento da equipe tem de ser de colaboração, não de competição.

**Psi** - Como fica a postura do médico dentro dessa equipe? Há casos em que é preciso abordar um médico por postura incorreta com um paciente?

**Bellkiss** - Nosso trabalho aqui no Incor é atender o paciente, e não intervir na equipe. Dentro de hospital, trabalha-se em equipe. Eu uso uma figura: estamos todos em volta do paciente, no mesmo grupo. O psicólogo não pode agir como alguém que se arroga essa onipotência de dizer: “Eu sou mais que vocês e vou olhar a relação que vocês estão tendo”. Ele é a equipe. Para fazer isso, teria de ser uma pessoa de fora. É válido, mas numa outra forma de trabalho em que fique claro que esse profissional não faz parte da equipe. Se um profissional está com problemas de relacionamento, não serei apenas eu que vou estar reparando. Isso é compartilhado com o supervisor que certamente ele terá.

**Psi** - Há correntes teóricas da Psicologia que têm mais afinidades com a área hospitalar?

**Bellkiss** - Não. Faça clínica! Esse é o ponto. Agora, o psicólogo pode fazer psicodrama, terapia comportamental etc. Na realidade, o que ele tem é que mostrar resultados. Em hospital, trabalha-se com resultados. A equipe quer saber o que muda com você ou sem você. Abaixa a pressão fazendo terapia comportamental? Ótimo. E nossa experiência com grupos de Nutrição e Psicologia mostrou que pacientes antes só com nutrição emagreciam apenas 23 gramas. Depois da intervenção da Psicologia, no mesmo período os pacientes emagrecem 324 gramas.

**Psi** - Há neste momento segmentos hospitalares, pensando-se em áreas médicas, mais preocupados em utilizar a psicologia hospitalar?

**Bellkiss** - A cardiologia entende mais essa necessidade, com certeza, devido aos fortes laços associativos que temos em sociedades científicas nessa especialidade médica. Participamos mais de congressos com eles. Historicamente, a pediatria e a neurologia têm também essa ligação. A ortopedia tem ligação pela porta da reabilitação, nos serviços de amputados e próteses. E a oncologia, a infectologia - particularmente no caso da Aids, que mexe mais com a morte. A área que teria menos ligação seria a dermatologia, apesar da existência de várias doenças cutâneas psicossomáticas. Mas a área onde há mais investimento é mesmo a cardiologia. Todos os hospitais de cardiologia da cidade de São Paulo têm psicólogos, assim como os de Porto Alegre, Fortaleza etc.

**Psi** - Como obter satisfação pessoal num cotidiano profissional permanentemente em contato com a dor e o risco da morte?

**Bellkiss** - Em primeiro lugar, você tem de gostar muitíssimo daquilo que está fazendo. Muitas vezes, mandamos aprimorados nossos de volta para casa porque não dão para a coisa. Você precisa gostar do agito, das interrupções no planejamento de seu dia. ●

# Jovens **sem** direito à **palavra**

Recentemente acompanhamos pela imprensa a denominada "rebelião" na Fundação do Bem-Estar do Menor em São Paulo. As cenas, os horrores da destruição da vida, os gritos de desespero rondaram

cos dos internos teriam cometido delitos graves, como a comercialização de drogas, mais da metade estava na escola quando foi internada e a grande maioria tem família constituída... Olhando esses

ideário do Estatuto, principalmente no que se refere às práticas dos direitos sociais... No âmbito jurídico, poucos são os juízes que atribuem medidas socioeducativas previstas no ECA aos jovens das classes

mais uma vez o pesado cotidiano paulista e foram difundidos internacionalmente... A intensidade dessas cenas nos convida a perguntar: de que nos falam esses jovens? O que se passa no espaço diário da instituição que produz reações de tanto desespero? O que os leva a reagir contrariamente à vida?

As vozes desses jovens, seus gritos presos na garganta escondem, sem dúvida, os mecanismos institucionais e sociais de silenciamento a que são expostos no dia-a-dia: "Cala a boca, menino!", "Sai pra lá, pivete!", "Você sabe com quem está falando, sua coisa?", "Você e nada são a mesma coisa", "Se você morrer, quem vai sentir sua falta?"... Frases que são ditas às dúzias às crianças, na vida, na escola; mecanismos de repressão, de violência, bastidores de uma realidade que caminha para a implantação a qualquer preço da obediência cega, da submissão ao mais forte, do abaixar a cabeça à autoridade instituída, com requintes de humilhação...

O direito de falar lhes é diariamente cassado por um processo de convencimento de que eles não têm nada a dizer... Quando se trata de jovens, a questão se amplia pois, *a priori*, são considerados como drogados, desorientados, malvados, possuidores de inúmeras patologias... E quantos gritos esses jovens soltaram durante este ano e nos anos anteriores à última rebelião: pedidos desesperados de transferência e de mudança de monitores, denúncias e mais denúncias de maus-tratos... Mas nenhum deles foi devidamente escutado.

Mas quem são esses jovens? Como chegaram a essa instituição que deveria ter um caráter educacional? Os dados que a imprensa divulgou nos falam que pou-

cos dos internos teriam cometido delitos graves, como a comercialização de drogas, mais da metade estava na escola quando foi internada e a grande maioria tem família constituída... Olhando esses jovens e comparando com as cenas de barbárie, somos levados a resgatar a reflexão feita ainda no início dos anos 60 por psiquiatras e psicólogos que analisaram a produção da subjetividade em instituições totais. Um dos trabalhos mais importantes nesse sentido foi realizado por Erving Goffman, intitulado "Manicômios, Prisões e Conventos". Goffman conviveu no interior de um hospital psiquiátrico e descreveu o processo e os mecanismos de constituição do que denomina "a carreira moral do doente mental", mostrando os horrores da produção da perda da identidade em instituições nas quais os internos são paulatinamente convencidos de sua incapacidade de pensar e de agir, coagidos das formas mais humilhantes e degradantes, impossibilitados de se diferenciar uns dos outros como indivíduos, como sujeitos... No Brasil, há uma grande produção de trabalhos dos anos 70 e 80 questionando os modos de organização social para a atenção a jovens e crianças. Ainda na década de 70, experiências como a realizada em Ouro Preto (MG) pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa em uma unidade de internos estatal (matéria apresentada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 13/3/83) e tantas outras nos levaram a crer na possibilidade de mudança dessa realidade.

No âmbito da dimensão política, podemos afirmar que, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, complete dez anos, o Estado de São Paulo mantém, com verbas públicas, uma fundação que possui as mesmas características preconizadas no antigo Código de Menores. O próprio nome da Fundação é sintoma dessa realidade. Não incorporou sequer parte do

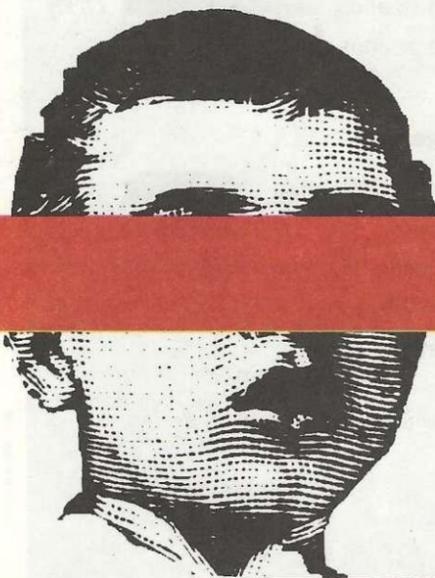
populares. Há trabalhos mostrando que os jovens de classe média, quando cometem um delito, recebem tais penas, e os jovens pobres são aprisionados nas Febens, denotando o quanto a desigualdade do tratamento social acontece em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Lembramos do depoimento de um sacerdote que atua em movimento pastoral dizendo da institucionalização de uma adolescente, de 14 anos, por passar trote em um orelhão de seu bairro para a delegacia de polícia... Sabemos que um fato como esse jamais aconteceria a um jovem de outras camadas sociais.

Sartre, prefaciando o livro do psiquiatra negro Frantz Fanon, em 1961, denominado "Os Condenados da Terra", escreveu: "Não faz muito tempo a Terra tinha 2 bilhões de habitantes, isto é, 500 milhões de homens e 1 bilhão e 500 milhões de indígenas. Os primeiros disputavam do Verbo, os outros pediam-no emprestado..."

É preciso construir mecanismos sociais que permitam devolver aos jovens a palavra, como indivíduos e como cidadãos! Nós, psicólogos, necessitamos urgentemente incluir questões de cidadania em nossa formação, resgatando as contribuições da Psicologia para repensar as instituições e os indivíduos, atualizando tais discussões, explicitando os mecanismos de desigualdade social e de preconceito em relação aos jovens e, principalmente, aos jovens pobres, atuando para implementar políticas públicas que atinjam as metas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Marilene Proença e Lygia Viégas,**

do Instituto de Psicologia da USP



# Febem SP, até um amargo fim



foto | Agência Estado

A crise terminal e dilacerante da Febem SP, que instalou a violência entre os próprios jovens internos, revela as mazelas de um modelo institucional que precisa ser substituído e expõe às claras o desinteresse do governo estadual em tratar os problemas sociais de forma conseqüente

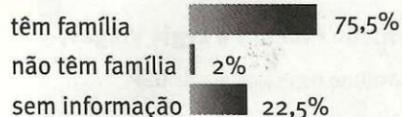
A rebelião no Complexo Imigrantes, em 25 de outubro: quatro mortos e dezenas de feridos

No dia 18 de novembro, o governador de São Paulo, Mário Covas, anunciou em audiência festiva seu plano para a reestruturação da falida Fundação do Bem-Estar do Menor do Estado de São Paulo, Febem SP. Boa parte das cerca de 450 pessoas ligadas a instituições de defesa da criança e do adolescente, presentes à cerimônia, recebeu a notícia com uma dose de ceticismo. Não é sem motivo: o interesse do governo em resolver a crise da Febem só veio à tona depois da dramática rebelião ocorrida no Complexo Imigrantes na madrugada de 25 de outubro, quando quatro adolescentes morreram de forma brutal. Covas decidiu passar um trator por cima das mazelas da instituição somente depois que o sistema implodiu por obra dos próprios meninos à custa da sua autodestruição.

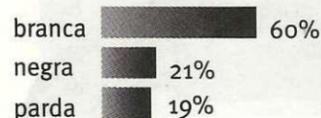
No entanto, não é de hoje que os problemas da instituição vêm sendo denunciados. Isso tem sido feito sistematicamente pelas instituições que defendem as crianças e adolescentes já antes de 1995, quando Covas assumiu o governo. Desde esse início, porém, sua gestão pautou a política para o adolescente autor de ato infracional exclusivamente pela internação em regime carcerário, que caracteriza a Febem SP, ou nos últimos tempos aventando projetos de terceirização das unidades de atendimento, que não chegaram a ser concretizados (veja matéria na página 12). A mudança de discurso só acontece quando os estilhaços da Febem abalam de maneira profunda o prestígio político do governador e atingem indiretamente o próprio governo federal.

## Perfil do adolescente interno da Febem SP

### Laços familiares



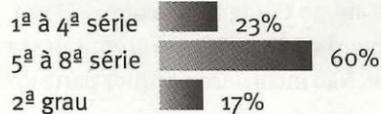
### Cor



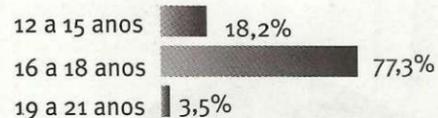
### Estuda atualmente



### Grau de instrução



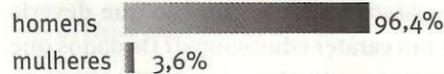
### Idade



### Origem



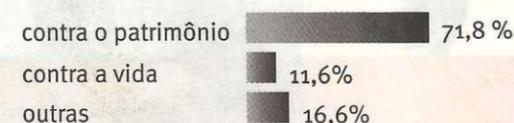
### Sexo

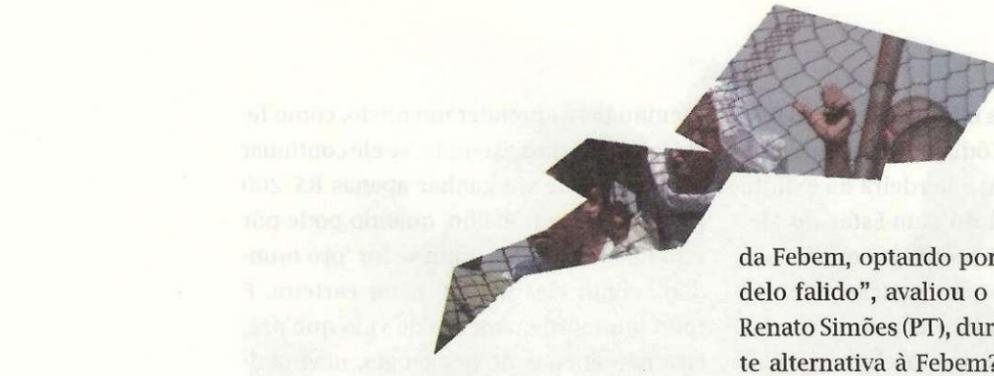


### Reincidência



### Infração





Tendo em vista esse histórico, vamos entender o “novo” plano de Covas para a Febem: extinção da Unidade de Atendimento Inicial, UAI, central única de triagem que fica no Brás, em São Paulo, e sua substituição por 14 Núcleos de Atendimento Regionais; substituição das grandes unidades de cumprimento de pena, como era o Complexo Imigrantes antes da violenta rebelião de outubro, e como continua sendo o Complexo Tatuapé (capacidade para cerca de 1.100 internos), por 30 Unidades de Internação Regionais, cada uma para no máximo 72 jovens, que seriam distribuídos de acordo com seu local de origem, faixa etária e característica do delito cometido. Os custos previstos são de R\$ 34 milhões. O governo também informou, de forma um tanto vaga, ter intenções de atrair entidades comunitárias não-governamentais para implementar um trabalho de socioeducação dos internos.

A execução das propostas de Covas está nas mãos do recém-empossado secretário de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado, o advogado e psicólogo Edsom Ortega Marques, que desde o dia 26 de novembro substituiu na pasta Marta Godinho, exonerada um mês depois da explosão do Complexo Imigrantes. Marques garante que já estão decididas as cidades e os terrenos que abrigarão as unidades – isso se não houver mais resistência dos prefeitos e das populações locais, que rejeitam abrigar em seus limites uma instituição tão estigmatizada e se responsabilizar pelos seus adolescentes em conflito com a lei. O que preocupa as entidades ligadas à questão do adolescente em situação de risco que vêm acompanhando a crise da Febem são os fortes indícios de que possa haver mais uma vez uma dessincronia entre o discurso e a prática governamentais.

Numa primeira avaliação, as propostas governamentais são, de maneira geral, bem-vindas. Afinal, representam a adoção de medidas preconizadas e exigidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o tão descumprido Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Na prática, portanto, o que o governo está dizendo “hoje à sociedade paulista é que pretende cumprir o ECA, quase dez anos depois de sua promulgação e cinco anos depois de estar instalado; por si só isso já é algo importante, considerando que Covas negligenciou durante quatro anos uma saída para a crise

da Febem, optando por preservar um modelo falido”, avaliou o deputado estadual Renato Simões (PT), durante o debate “Existe alternativa à Febem?”, promovido pela PUC SP na noite do mesmo dia em que Covas anunciou seu novo plano. A Febem SP se caracteriza como uma instituição transgressora da lei, o que parece não preocupar muito o governo, já que ele também não cumpre outros requisitos constitucionais, como a obrigatoriedade de investir 30% de seu orçamento em educação. Mais uma vez o governo infringe a lei ao encaminhar os meninos da Febem para celas de cadeias do Estado, como as de Pinheiros, Santo André, Centro de Observação Criminológica, COC, e a antiga Penitenciária Feminina do Tatuapé, locais para reclusão exclusiva de adultos.

Membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o deputado Simões alerta para o fato de que a descentralização proposta pelo governo estadual parece se basear mais num cálculo aritmético do que na intenção séria de promover a inclusão social do adolescente: “O governador apresentou um plano para suprir o déficit de vagas para internação. O nú-



mero atual de adolescentes internados seria de 3.587, para um total de 2.391 vagas. Portanto, o problema se resumiria à criação de mais 1.200 vagas. Essa análise quantitativa do problema da Febem leva a uma proposta de descentralização voltada para a abertura de vagas, mantendo o paradigma de que a internação é o fecho do processo, e não a exceção, quando o ECA define claramente: a internação é uma medida excepcional, não é a regra”.

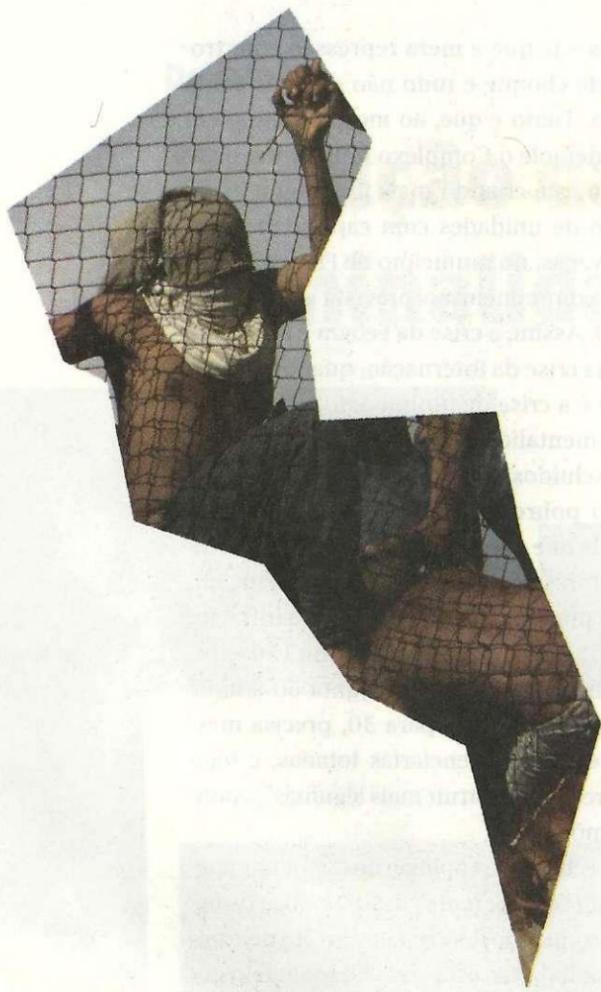
Eis o cerne da questão: o governo parece encarar as rebeliões como consequência apenas da superlotação das unidades. Portanto, a solução está na criação de mais

vagas – já que a mera repressão com tropas de choque e tudo não dá mais conta disso. Tanto é que, ao mesmo tempo em que demole o Complexo Imigrantes, o governo está criando mais um grande complexo de unidades com capacidade para 960 vagas, no município de Franco da Rocha, com conclusão prevista para o ano 2000. Assim, a crise da Febem é resumida a uma crise da internação, quando na verdade é a crise de um modelo fechado, de uma mentalidade que pretende trancafiar os excluídos da sociedade: “O abandonado, o pobre, o marginalizado, o negro, aquele que não tem vez são tratados como infratores do berço até quando infringem, e são praticamente conduzidos a infringir, pois um governo que fecha 150 escolas em quatro anos, que junta 60 alunos numa sala de aula para 30, precisa mesmo ter 22 penitenciárias lotadas, e logo vai precisar construir mais algumas”, aponta Simões.

A Febem é, na opinião do deputado, apenas um “elo coerente” dessa política de exclusão, quando deveria ser um “elo de compensação”. Mas esta crise do modelo o governo parece não ver, pois insiste na manutenção da velha estrutura. Tanto é que conseguiu, com os votos majoritários dos seus representantes e aliados, que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e

Repressão: prática comum

do Adolescente, Condeca, rejeitasse, no dia 9 de novembro, a proposta de extinção da Febem. O Condeca é a instância de estabelecimento de diretrizes políticas proposta pelo ECA, preservando os princípios da democracia participativa fixados pela Constituição de 1988, que garante à população o direito de participar da definição dos rumos das políticas sociais. Ocorre, no entanto, que a representatividade da sociedade civil ainda não está garantida de maneira paritária no Condeca, de maneira que as decisões ali tomadas são facilmente manipuladas pelo governo. Além disso, “o governo, na maioria das vezes, não tomou conhecimento dessas decisões ou simplesmente disse que o órgão só existe para apresentar sugestões”, afirmou Joselito Lopes Martins, conselheiro do Condeca, representando o Núcleo de Trabalhos Comunitários



da PUC SP. Ele recorda que todas essas propostas agora anunciadas pelo governo como "novas" foram, há muito tempo, levadas pelo Condeca ao governador, que não tomou conhecimento.

O próprio Ministério Público move desde 1992 uma ação civil contra a Febem e contra a Fazenda Pública do Estado, denunciando o descumprimento do ECA nas unidades da instituição e denunciando, entre vários pontos, a superlotação. O governo Covas perdeu em primeira e segunda instâncias, mas ainda recorreu e a ação está no Superior Tribunal de Justiça. Por tudo isso, Joselito não acredita hoje em reformulações para a Fundação: "Qualquer adolescente que passe pela Febem tem tudo dificultado para sua reinserção social, uma vez que ele carrega o estigma de ter passado por ali. Então, vamos parar de falar de projetos de futuro para a Febem e vamos falar de um projeto novo, que adote de fato medidas socioeducativas", ele propõe. Essa é também a proposta defendida pelo CRP SP: "A única alternativa de fato à Febem é acabar com ela e construir no seu lugar, com novos paradigmas, um novo ordenamento institucional e técnico que consiga implementar o ECA", define Lumêna Furtado, presidente do Conselho.

A Febem se sustenta com base em velhos e inaceitáveis paradigmas, concebidos ainda nos anos 70, durante o período mais

tacanho da ditadura militar. Atende às premissas do extinto Código de Menores, que cedeu lugar ao ECA; é herdeira da extinta Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Funabem, e seu próprio nome denuncia esse passadismo ao enunciar o termo "menor", entendendo a criança e o adolescente como pessoas tuteladas, e não como sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento, como preconiza o ECA. "Temos na Febem, além de um problema de estrutura jurídica e institucional, um outro que é a cultura correcional repressiva que corrompeu suas competências de gerenciamento técnico e administrativo, contaminando dirigentes, técnicos e trabalhadores, que estão lá dentro há 20 e tantos anos. Isso inviabiliza a implantação ali de qualquer novo modelo", argumenta a professora Maria de Lourdes Trassi Teixeira, membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional do CRP SP, que vem acompanhando a crise da Febem.

Para Maria de Lourdes, o novo projeto pedagógico educacional pretendido pelo governo não tem futuro: "O espaço físico da instituição é absolutamente inadequado, porque tem o objetivo de encarcerar. Algumas unidades não têm janela, só uma ventilação. Os meninos ficam em salas individuais, trancados o dia inteiro. O modelo de atendimento é baseado só na vigilância e na segurança. Temos ao mesmo tempo, numa mesma unidade, meninos com perfis muito diferentes, o que torna impossível um trabalho socioeducativo eficiente", compara.

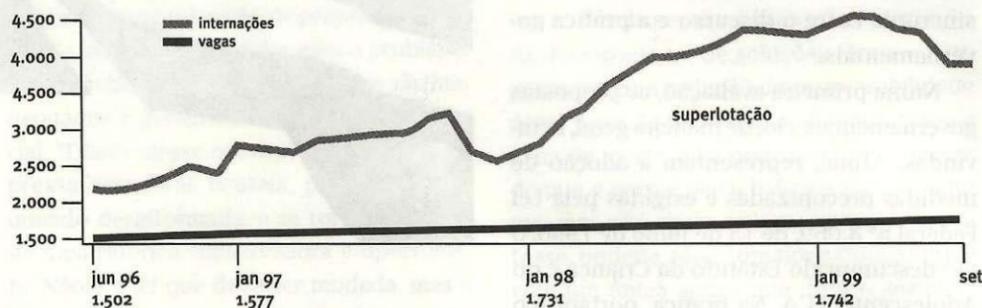
Uma instituição nova, moldada nos parâmetros do ECA, precisa de um novo modelo estrutural, organizacional, de metodologia pedagógica nova e de pessoal qualificado para conduzir tudo isso. "Não se trata - afirma Maria de Lourdes - meramente de se implantar um projeto de escolarização ou profissionalização, como a mídia conservadora tem apresentado superficialmente. Não adianta colocar um

menino para aprender um ofício, como fabricar sapato por exemplo, se ele continuar pensando que vai ganhar apenas R\$ 200 por mês nesse trabalho, quando pode pôr isso no bolso numa noite se for 'pro mundo', como eles dizem, bater carteira. É todo um reordenamento de vida que precisa não apenas de pedagogia, mas também de terapêutica." Esse modelo possível parece, contudo, estar bem distante das metas governamentais, que continuam trabalham com a visão estreita da contenção da rebeldia, via desconcentração, e do "bom" gerenciamento orçamentário, via terceirização.

Gastar R\$ 1.700 por jovem autor de ato infracional é, na opinião do governo, muito caro. De fato é, considerando que o investimento não traz qualquer resultado. Ao contrário, tem sido dito e admitido que, em vez de reintegração social, a Febem é o melhor caminho para a criminalização ostensiva do adolescente, operando como verdadeira escola de infrações. A sociedade fica desconcertada ao ouvir as cifras de investimento, principalmente quando o próprio governador diz que "nunca faltou verba para a Febem". Os gastos do Estado com a Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, responsável pelo atendimento de crianças, adolescentes, idosos, moradores de rua etc., fica em 0,6% do orçamento do Estado, ou seja, cerca de R\$ 300 milhões. Desses, cerca de R\$ 170 milhões vão para a Febem.

Custa entender por que o governo insiste, então, em perpetuar essa estrutura cara, ineficiente e falida. "Precisamos de novas soluções, e elas não nascerão da velha estrutura. Nós podemos colocar diante da hemorragia em que a crise da Febem se configura um esparadrapo com a tintura do ECA, dizendo que estamos mudando a Febem. Dessa forma estaremos apenas perpetuando a velha estrutura com um novo discurso", arremata o deputado Renato Simões. ●

#### Evolução das internações no governo Covas



Fonte: Febem SP/ Folha de S. Paulo, 31/10/99

#### Cronologia

# 1999, o ano em que a Febem SP implodiu

#### Dezembro de 1998

25 Rebelião na noite de Natal provoca incêndio na Unidade Educacional 17 do Complexo Tatuapé, levando à morte do garoto Ricardo José da Silva. As causas do incêndio não ficam totalmente esclarecidas

#### Março

22 Fuga de 22 adolescentes da Febem Raposo Tavares

#### Abril

5 Rebelião no Complexo Tatuapé, com cinco fugas e nove feridos

8 Fuga de 15 adolescentes da Febem Raposo Tavares

12 Fuga de 14 adolescentes do Complexo Tatuapé, três dos quais são recapturados

#### Mai

4 e 5 | A tropa de choque é chamada para conter nova rebelião no Complexo Tatuapé. O saldo é de 14 feridos. Fogem 125 adolescentes (14 recapturados) e 170 são transferidos

9 Rebelião na Febem Raposo Tavares, com 19 fugas e um ferido

14 Fuga de 11 adolescentes da Febem Raposo Tavares

#### Junho

11 Fuga de 18 adolescentes da Febem Jd. Rubro

# A lei mudou, mas a mentalidade dos juízes não

O acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas judiciais, entre as quais estão as medidas de internação, é na verdade apenas uma das faces do problema que envolve jovens autores de atos infracionais. A primeira face e a mais cruel, porque geradora das demais, é a exclusão social de que eles são vítimas no Brasil: por trás de cada ato infracional desses adolescentes, vamos certamente encontrar um histórico de abandono paterno, de pobreza extrema, de violência doméstica, de evasão escolar, de abuso sexual, de uso de drogas, entre vários outros casos igualmente dramáticos, recolocando sempre a mesma falta de perspectivas de uma vida digna.

A outra face é a tendência nacional dos juízes e promotores de Justiça das Varas Especiais da Infância e Adolescência, os responsáveis pela determinação das medidas aplicadas aos jovens autores de atos infracionais, de optar sistematicamente pela determinação de uma dessas medidas, quando elas devem ser o último recurso a ser utilizado, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. São seis os tipos de medidas previstas pelo ECA, que vão da advertência à internação. Há também os casos de remissão (perdão), sem necessidade de abertura de processos, aplicada nos delitos leves. Em 1989, 15% dos 11.967 processos julgados na capital paulista resultaram em internação, ao passo que apenas 9% receberam advertência e 6% foram encaminhados para prestação de serviços. No primeiro semestre de 1999, o percentual de internações caiu para 10% e o de prestação de serviços subiu para 11%, mas o total de processos julgados chegava a 9.892 apenas até agosto, revelando um incrível aumento da criminalidade entre jovens, resultado do desemprego, do crescimento da exclusão social

no país e de outros fatores de ordem cultural e sociopsicológicos.

Desde 1990, o Brasil dispõe do ECA, que preconiza uma nova doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, documento da maior importância, que se tornou internacionalmente conhecido e referenciado. O ECA tem raízes históricas na Declaração dos Direitos da Criança (Resolução 1.386 da ONU), de 20 de novembro de 1959, nas regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (Resolução 40/33 da ONU), de 29 de novembro de 1985, e por fim nas Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da Delinqüência Juvenil - Diretrizes de Riad (ONU, 1º de março de 1988). O ECA fixa as regras mínimas para os jovens privados de liberdade, regras mínimas da ONU para a fixação da Justiça juvenil. O Brasil estava tão sequioso por compri-lo que, um ano antes de o princípio da prioridade absoluta entrar no direito positivo internacional, já o estava adotando na sua Constituição Federal, no artigo 227. Mas o tempo cuidou de mostrar que há uma grande diferença entre "o Brasil legal e o Brasil real", como lamentou durante evento na PUC SP o juiz da Infância e Juventude de Belém do Pará, Paulo Frota, autoridade nacional no assunto.

"O ECA passou a reconhecer que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito, e não mais simples objetos de convenção da sociedade, do Estado ou da família; que deverão ser considerados como pessoas em processo de desenvolvimento biopsicossocial e espiritual e que, assim sendo, devem ter atendimento como prioridade absoluta. Passando para a área infracional, essa doutrina da proteção integral trouxe ao direito positivo nacional as chamadas medidas socioeducativas, que são fantásticas", observou Frota.

Entre essas medidas socioeducativas, temos, além da advertência, a prestação de serviços à comunidade, a semiliberdade, em que o adolescente permanece apenas parte do período nas unidades de atendi-

mento, e a liberdade assistida, que obriga o jovem a apresentar-se apenas mensalmente em uma unidade de atendimento a infratores. O baixo índice de aplicação dessas penas tem uma relação direta com o baixo nível de qualidade dos serviços de atendimento oferecidos pelo Estado em todos os casos. Muitas vezes, denuncia Paulo Frota, as tarefas impostas aos garotos que têm como pena a prestação de serviços à comunidade são tarefas educativas, aquelas que ninguém quer fazer, como carregar lixo hospitalar, expondo-os até mesmo ao risco de contrair doenças. No caso da semiliberdade ou da liberdade assistida, os profissionais que os assistem são geralmente sobrecarregados e não fazem muito mais que preencher relatórios técnicos inócuos.

Pior ainda, há, segundo o juiz paraense, muitos colegas seus que não acreditam na eficácia das penas alternativas. "Dizem que advertência é bobagem para um garoto que comete um crime, que isso é protegê-lo, o que não é absolutamente verdade. O novo código penal francês traz a advertência, assim como o recém-implantado código penal português; também a nova lei de entorpecentes, que está no Congresso em fase final, traz a advertência, inclusive para adultos. É uma medida socioeducativa extremamente interessante, dependendo de como é conduzida numa audiência", ele adverte.

Mas o fato é que infelizmente há ainda no país muitos juízes de mentalidade autoritária que entendem o ECA como uma doutrina para proteger o infrator. "O Estatuto não é o evangelho da impunidade", defende Paulo Frota. "O sucesso dos operadores do Direito está justamente na dosimetria correta da sanção. Se damos uma aspirina para quem tem câncer, a pessoa vai morrer. Se damos uma droga forte para quem tem uma simples gripe, também vou lhe causar um grande mal. A internação é para casos realmente graves, mas infelizmente os números em todo este país mostram que nossos juízes não acompanham os iluministas do século 18, que idealizaram a prisão como uma forma de levar o homem a refletir, no isolamento de uma cela, sobre o ato que ele praticou. Isso não é possível num país cujas celas estão acumuladas de pessoas amontoadas. A situação é grave: temos uma lei nova, mas não temos uma mudança de mentalidade." ●

## As punições para os adolescentes, na Capital de SP

	jan a dez de 1998	jan a ago de 1999
remissão com medida	12%	13%
remissão sem medida	30%	28%
internações	15%	10%
semiliberdade	3%	5%
liberdade assistida	25%	24%
prestação de serviços	6%	11%
advertência	9%	9%
total de processos	11.967	9.892

Fonte: Varas Especiais da Infância e Juventude de SP/ OESP, 24/9/99

14 Rebelião no Complexo Tatuapé, com 57 fugas

### Julho

15 Fuga de nove adolescentes do Complexo Tatuapé, oito dos quais são recapturados

25 a 27 | Agência Estado Rebelião no Complexo Tatuapé, com 542 fugas (140 recapturados) e 50 feridos

### Agosto

21 e 22 | Rebelião no Complexo Imigrantes, com 64 feridos. De 100 fugitivos, 12 são recapturados. Há denúncias de espancamento envolvendo 69 monitores da Febem Imigrantes

24 Rebelião no Complexo Tatuapé. 80 jovens são removidos para o Centro de Observações Criminológicas do Carandiru

30 O Ministério Público pede o afastamento de Eduardo Roberto Domingues da Silva, presidente da Febem Imigrantes, e de outros diretores por irregularidades administrativas, como superlotação e insalubridade. Dos cerca de 1.300 internos na Imigrantes, 208 têm sarna e 103 apresentam outros tipos de doença de pele

### Setembro

11 a 13 | Rebelião no Complexo Imigrantes, com 15 feridos e fuga de 644 adolescentes, número

ro recorde. | Membros da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos visitam o Complexo e denunciam a superlotação, falta de higiene e de infra-estrutura

14 Fuga de 15 adolescentes do Complexo Tatuapé, com oito recapturados

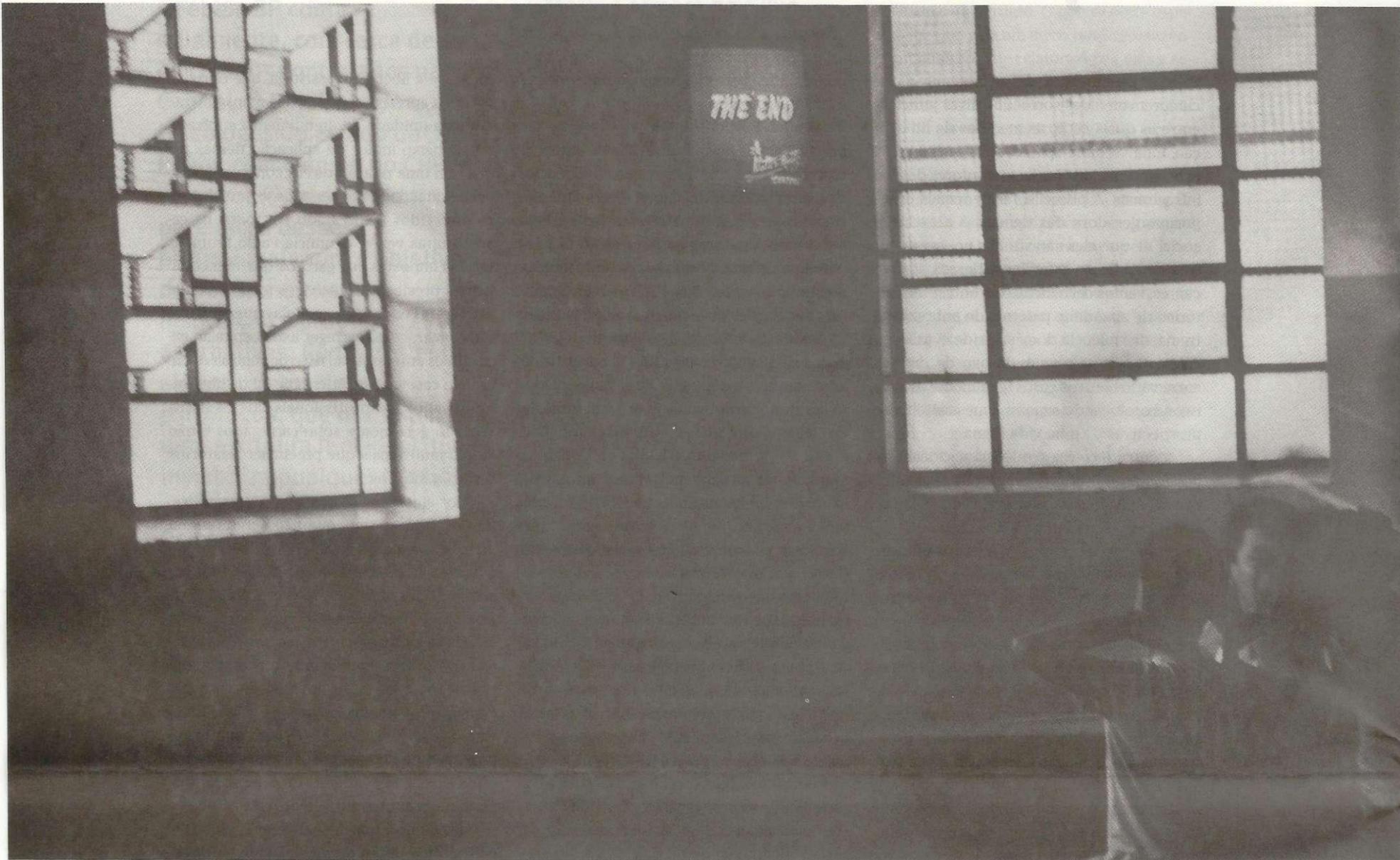
16 Rebelião na Unidade de Franco da Rocha, na Grande São Paulo

18 Afastado do cargo Lucimar da Silva Souza, diretor geral do Complexo Imigrantes, e mais cinco dirigentes

19 Fogem 182 internos do Complexo Imigrantes

20 Rebelião de madrugada no Complexo Tatuapé, com fuga de 30 adolescentes

# Terceirização não pode desrespo



A responsabilidade do Estado no atendimento às crianças e adolescentes excluídos não se resume aos jovens autores de atos infracionais. Temos também os casos dos abandonados, área em que o Estado divide responsabilidades com as administrações municipais e ONGs. Hoje, a Febem SP tem abrigos, casas de convivência e abrigos SOS que atendem 541 crianças diretamente. Nessa área, a política do governo Covas desde sua primeira gestão tem sido francamente voltada para a terceirização do atendimento. Tanto é que, hoje, o total de atendidos por instituições conveniadas já chega a 1.369 – mais que o dobro do atendimento direto. A justificativa é simples: um interno em abrigo da Febem custaria aos cofres públicos cerca

de R\$ 1 mil mensais. Repassados para uma instituição conveniada, passa a custar convenientes R\$ 500 ao mês *per capita*.

Isso quer dizer que o Estado vem administrando uma questão que envolve direitos de cidadania como se fosse um serviço como outro qualquer, que deve dar bons resultados financeiros. Mas e quanto aos benefícios sociais da terceirização, o que o Estado tem a dizer sobre isso? Na verdade, muito pouco. É fato que diante do mau gerenciamento crônico de recursos que afeta todo o setor público, muitas vezes as instituições independentes ficam em situação de vantagem, prestando serviços melhores com muito menos gastos. Esse tem sido o ovo de Colombo que está tornando a terceirização uma solução mi-

lagrosa também entre as administrações municipais, sem os procedimentos mais cuidadosos que ela exige.

Mas será que as instituições não-governamentais são mesmo sempre eficientes? O próprio governo vai ficar em dificuldade para responder a essa pergunta, porque “nem o Estado nem prefeituras dispõem de estrutura para fiscalizar devidamente os serviços que elas prestam, que obviamente variam muito de qualidade”, avalia Maria de Lourdes Trassi Teixeira, do Grupo de Trabalho do CRP SP sobre a Febem. E há vários outros aspectos que envolvem a questão. Por exemplo, tem-se verificado que a maioria dessas instituições conveniadas recusa-se a aceitar por esse custo crianças com dificuldades gra-

Crianças em abrigo da Febem SP, 1991

- 21 Promotores de Justiça da Infância e Adolescência denunciam a facilitação de fugas no Complexo Imigrantes por funcionários. | O novo presidente da Febem, Guido Andrade, chama os monitores de trogloditas.
- 22 Rita Camata, deputada federal (PMDB-ES), integrando comissão formada por cinco deputados federais e três estaduais, visita a Febem e denuncia a má qualidade do atendimento
- 24 Três monitores do Complexo Imigrantes são presos, acusados de facilitar a fuga de adolescentes. | Mais 89 garotos fogem da Imigrantes
- 26 Os funcionários da Febem ameaçam entrar em greve
- 27 O Estado coloca a tropa de choque da Polícia Militar para fazer cerco nos Complexos Imi-

grantes e Tatuapé, com o objetivo de evitar novas fugas. | Os funcionários da Imigrantes atrasam o início dos turnos, em protesto contra as condições de trabalho

- 29 Interno da Febem Imigrantes morre de meningite. | O secretário de Segurança Pública do Estado diz que os crimes de adolescentes cresceram 10% na Capital. | Juiz manda soltar monitores da Febem que estavam detidos, considerando a prisão ilegal

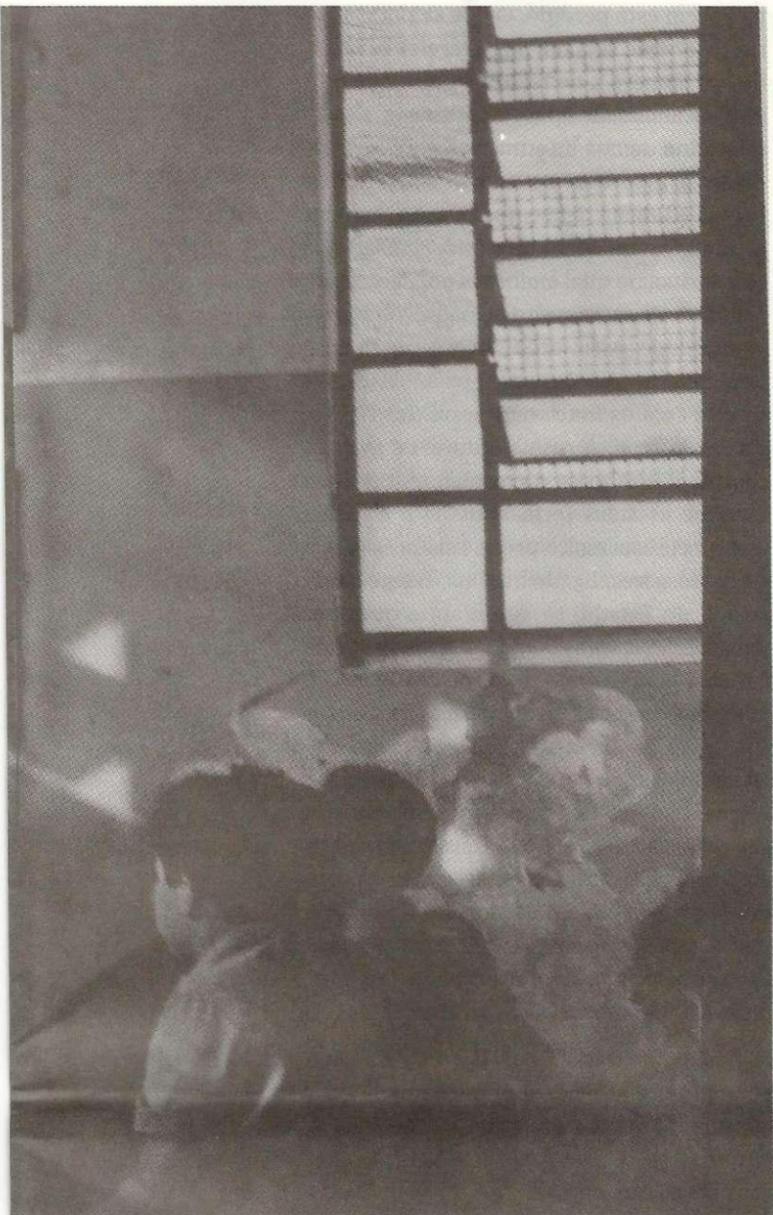
## Outubro

- 3 Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Febem, formado por 20 entidades da área jurídica, psicológica e de defesa da criança e do adolescente, entre as quais o CRP SP, lança o “Manifesto contra as condições de atendimen-

to na Febem SP, pela dignidade dos adolescentes infratores”

- 7 A Promotoria da Infância e Juventude da Capital instaura processo administrativo para realizar devassa nas unidades da Febem SP
- 8 Dois representantes da Anistia Internacional visitam o Complexo Imigrantes e o consideram um dos piores estabelecimentos para adolescentes infratores do país. | Cinco meninos fogem da Unidade Raposo Tavares
- 14 Fuga de 37 meninos do Complexo Tatuapé; 13 são recapturados
- 19 Acontece o debate “O público e o privado no atendimento do adolescente autor de ato infracional em privação de liberdade”, no Auditório do CRP SP, com Olympio de Sá Sotto

# Responsabilizar o Estado



## As cidades do interior de SP que mais internam/ 1999

Campinas	92
Santos	54
São José dos Campos	50
Praia Grande e São Vicente	48
Sorocaba	41
Jundiaí	34
Bauru e Araraquara	25
Santa Bárbara D'oeste	21
Limeira	20
Sumaré	17
Cubatão e Indaiatuba	16
Franca	15
Itanhaém	14
São Carlos	13
Votuporanga, Jacareí e Itu	12

Fonte: Febem SP/ IBGE/ Datasus/ OESP, 17/11/99

ves que exigem cuidados especiais, que passam a se acumular nos abrigos da Febem. Para motivá-las, o governo tem acenado com o aumento do repasse para R\$ 1.200 *per capita*, mas sempre espera uma contrapartida dessas entidades. Isso tem levado esse atendimento a sair das mãos de técnicos especializados para voltar a entidades religiosas e filantrópicas.

“O governo praticamente já alcançou a meta de terceirizar o atendimento aos abandonados. Só não conseguiu terceirizar aqueles abrigos que são portas de entrada das crianças, porque nesses o fluxo é muito grande e não se pode escolher quem se quer”, comenta Maria de Lourdes. Outro comportamento observado entre as instituições terceirizadas é que muitas preferem ficar com as crianças pequenas. “Quando passam dos 10, 11 anos e começam a dar mais trabalho, tentam devolvê-las aos Estado. Como já não há mais instituições governamentais para onde se possa repassá-las, o caminho da devolução é o boletim de ocorrência. Para qualquer besteira que o adolescente faça, corre o risco de ser enviado para o circuito da Febem para infratores”, ressalta Maria de Lourdes.

Do ponto de vista legal, o governo não enfrenta dificuldades para terceirizar os abrigos de carentes e abandonados. O ECA orienta para a extinção das instituições nos moldes dos grandes orfanatos e recomenda o encaminhamento das crianças e adolescentes abandonados preferencialmente para famílias substitutas – em regime de guarda, tutela ou adoção – ou para o recolhimento em pequenos abrigos de caráter educativo. Quando se trata de jovens infratores, contudo, a coisa muda de figura: de acordo com a lei, nenhuma outra instituição que não seja o Estado tem o direito de cercar a liberdade de um ser humano. Isso impede claramente a terceirização dos serviços prestados a jovens internados. Mesmo assim, por várias vezes o governo demonstrou intenções de repassar o setor a instituições particulares.

Logo após a demolição do Complexo Imigrantes, a ainda secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado, Marta Godinho, declarou a repórteres que a saída para driblar as rebeliões seria a

transferência dos internos para instituições terceirizadas, justificada – outra vez – pela redução de custos: eles cairiam de R\$ 1.700 para R\$ 1.100 mensais. “Só no último mês (outubro), transferei 750 menores abandonados da Febem para instituições particulares. A vantagem é que, além de um custo menor, essas entidades cuidam do adolescente por vocação”, dizia. Na área de infratores, 2.467 jovens em regime de liberdade assistida são atendidos por programas conveniados com a Febem SP.

“O que está em jogo nesse debate sobre a terceirização de unidades da Febem é a desresponsabilização do Estado com uma área que é inerentemente dele. Esse é também o caminho para a privatização do setor penitenciário. Para termos uma visão dos riscos que isso acarreta, basta lembrar que, quando foi prefeito de São Paulo, Mário Covas estimulou ao máximo a terceirização de equipamentos públicos para as crianças e jovens, pagando um *per capita* até bom. Ocorre que depois dele entrou na Prefeitura um cidadão chamado Paulo Maluf e, em seguida, um tal Celso Pitta. E o que aconteceu hoje com aquelas instituições terceirizadas? Elas não existem mais ou estão inadimplentes, porque o *per capita* foi tão reduzindo que as levou a uma situação de crise”, adverte o deputado estadual Renato Simões (PT).

Para o Estado, a lógica da terceirização é a resposta adequada ao espanto da sociedade diante dos gastos da Febem com cada adolescente internado, os propalados R\$ 1.700 por mês. O que não está sendo colocado é que o problema não está no custo, mas no fato desse dinheiro não chegar ao atendimento, ser mal gasto e não educar o adolescente. “Se impedir que um jovem se institucionalize na vida do crime custar apenas R\$ 1.700 por mês, isso não é gasto, é um investimento necessário”, discerne Simões. O deputado alerta ainda para o fato de que muitas organizações não-governamentais estão se entusiasmando com a idéia da terceirização: “É um canto de sereia que está levando ONGs a investir nesse processo de maneira equivocada”. Uma política consequente deveria ter as ONGs como parceiras, “e não como substitutas do Estado numa função eminentemente pública”. ●

20 Maior e Antônio de Pádua Gomes Pimentel; promoção do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Febem. | Adolescente é morto a tiros na Febem de Ribeirão Preto por um colega, que foge com mais 23 internos

21 Funcionários da Febem SP fazem assembléia e ameaçam parar em defesa de seis servidores demitidos no Complexo Imigrantes

23 Reforma em andamento no Complexo Imigrantes agrava o problema de espaço: com capacidade para 300 pessoas, tem quatro vezes esse número. | Cem adolescentes iniciam motim e destroem a ala B do Complexo. Sete internos são tomados como reféns

24 O Sintraenfra, sindicato dos funcionários da Febem, distribui nota ameaçando greve a par-

tir do dia 26; nesse caso, as unidades ficariam por conta da Polícia Militar. Internos da Imigrantes, que planejavam fuga, antecipam a rebelião: fazem 15 monitores e 30 adolescentes do “seguro” reféns. Eles são amarrados perto de baldes com álcool

25 Na madrugada, agrava-se a mais violenta rebelião da história da Febem: a tropa de choque invade o Complexo Imigrantes. Os reféns são mantidos por 18 horas; garotos exigem transferência para as unidades de Ribeirão Preto e Raposo Tavares. Soltam os reféns à medida que os ônibus chegam. Martelos, serrotes, porretes e enxadas da reforma são usados como armas. Dois monitores são espancados e atirados de um muro de cinco metros.

25 58 pessoas ficam feridas, três prédios são destruídos e quatro garotos do “seguro” são mortos de forma bárbara, dois deles carbonizados, um dos quais com a cabeça e membros arrancados. Só dois dos mortos são identificados: Américo Nonato de Oliveira, de 17 anos, e Adriano Dias Brandão, de 15. Apenas seis adolescentes fogem

26 Mário Covas declara que “nunca faltou para a Febem nenhum tostão”

27 O presidente Fernando Henrique Cardoso declara pelo seu porta-voz ter reagido com horror aos acontecimentos da Febem SP. | Covas assume o controle da Febem. | Adolescentes da Febem de Ribeirão Preto fazem rebelião armados, dão tiros e 40 escapam. | São enterra-

# O máximo que podemos fazer é resistir

A Febem SP conta, atualmente, com cerca de 120 psicólogos contratados na Capital. O Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, com o apoio do CRP SP, vem promovendo encontros periódicos desses profissionais com o objetivo de debater a crise da instituição e propor alternativas. Reunimos aqui alguns relatos desses psicólogos, que nos falam de uma estrutura funcional que inviabiliza qualquer trabalho conseqüente, seja em Psicologia ou qualquer outra área de desenvolvimento humano

Sou **Maria Carmem da Silva**, trabalho na Unidade Educacional 23, que está agora localizada no Complexo Tatuapé. A Febem vive um momento de tragédia, é um modelo falido. As pessoas que estão ali dentro buscam ver como se pode transformar uma coisa que já está no chão. A minha Unidade é basicamente composta por meninos que, no bojo da rebelião da Imigrantes, foram tirados das UAPs, porque estavam em situação de risco. Como psicóloga, me assusta, dentro dessa estrutura doentia, a cultura dos "seguros". Um menino, num dado momento, acaba sendo ameaçado de morte pelos colegas porque arrotou durante a refeição... Temos 97 meninos e os estamos entrevistando até para entender por que foram colocados no "seguro". E vemos que as coisas que mandam um menino para o "seguro" são absurdas. A maioria é porque olhou para a visita do outro, porque arrotou ou soltou gases na refeição... Apenas uma minoria é por motivos mais comuns nos modelos carcerários, como dedurar ou estuprar. Um menino é colocado no "seguro" e nenhum trabalho efetivo é feito para romper com isso... Nesse clima, me vi tendo que discutir com eles o que é peidar... Veja que coisa louca! Tive que levantar o que era isso na vida do ser humano e qual deles não peidava. Ou eu fazia isso ou iríamos começar a ter o "seguro do seguro". Toda instituição é um reflexo desse sistema, dessa sociedade. Os psicólogos da Febem vão ter que resistir, negando-se a assumir uma função *pro forma*. Por exemplo, na Fundação cada menino tem uma medida judicial a cumprir, num prazo às vezes indeterminado. Muitas vezes, nós temos que fazer relatórios conclusivos sobre casos que acabamos de receber. Precisamos nos negar a fazer isso. Não sinto só os meninos infratores abandonados; sinto também os trabalhadores, todos nós, num grande abandono... Hoje, na Febem, não há trabalho possível. O modelo faliu e eu estou ali apagando incêndio. E o máximo que podemos fazer é resistir.

Meu nome é **Antônio Augusto de Oliveira**, estou na Unidade Educacional 12 do Complexo Tatuapé, para casos graves, com 67 adolescentes de 16 a 20 anos. A capacidade é para 30, o número de quartos individuais que temos. Colocam-se dois ou mais por quarto, e essa superpopulação cria situações de desconforto. Sou o único psicólogo da Unidade. Hoje, o papel do psicólogo

na Febem está perdido. O que se pode esperar dele? Que seja um mero tarefeiro, fazendo um número x de relatórios por mês a serem encaminhados para o Judiciário. Nesses relatórios damos informações sobre o cotidiano do garoto na instituição, como é constituída a família dele e que relação mantém; há também um outro relatório, chamado de conclusivo, no qual emitimos um parecer dizendo se ele estaria apto ou não a voltar para a sociedade. Além disso, nossa tarefa é intermediar as relações entre os adolescentes e deles com os funcionários, ou dos funcionários entre si. A rotina é dura: os garotos acordam às 6 horas da manhã e teriam, em seguida, as aulas formais de 1ª a 8ª série, que funcionam muito precariamente porque os professores, ligados a uma delegacia de ensino do Estado, se ausentam a qualquer movimentação mais suspeita. E os próprios garotos não têm interesse pelas aulas. Temos também cursos de iniciação profissional, como digitação, mecânica, conserto de eletrodoméstico, construção civil e por aí... E temos as atividades esportivas, como jogar bola. Mas tudo isso é pouco em relação ao tempo que eles ficam ali, a maior parte dele na ociosidade. Não acredito mais nesses Complexos onde se segregam pessoas apenas para contê-las. A Febem é sim a reprodução de um modelo carcerário...

Meu nome é **Dione Pinheiro**, trabalho na Unidade Educacional 17, no Tatuapé, com 40 meninos novos na faixa de 16 a 18 anos. A proposta era de que fosse uma Unidade apenas para meninos primários e graves, mas está misturada porque pegaram-se 40 meninos de uma outra Unidade, a UE-2, que acabou, e os transferiram para lá. Na Febem não existe possibilidade de se realizar um trabalho. Há alguns casos individualizados, mas são exceções. Um entre 1 mil... Tenho o relato de um menino, E.A.R., que é bom e triste, porque reflete como é tratado o adolescente neste país. Ele perdeu o pai muito cedo, aos 14 anos, e não conseguiu lidar com essa perda. Em seguida, começou a usar drogas, para buscar uma resposta para a sua dor não resolvida. A família humilde procurou ajuda na Febem. Eu o recebi quando ainda estava na Unidade de Referência Terapêutica, URT, que está num circuito grave e que, com esse nome, parece demonstrar ter um atendimento técnico. Mas tem lá apenas uma psicóloga para 40 meninos... Os meninos que chegam para a URT são os considerados "líderes negativos" pelas



dos os garotos Américo e Adriano, mortos durante a rebelião da Imigrantes

28 Covas visita a Febem Imigrantes, promete esvaziá-la e repreende adolescentes que se rebelaram. | O adolescente Fábio Antônio de Castro, de 18 anos, confessa ter degolado a golpes de machadinha um dos quatro garotos mortos durante a madrugada sangrenta da Imigrantes. O menino, ainda não identificado, teve o rosto queimado com maçarico, a cabeça, perna e braço arrancados. Castro é indiciado por homicídio doloso e vai para um presídio comum. | Guido Andrade, presidente da Febem, pede demissão

29 Covas conclui o esvaziamento da Imigrantes: 550 internos são transferidos para o Cadeião

3 de Pinheiros, passando a viver num regime de cárcere destinado a adultos. O restante vai para outras unidades. | O diretor da Febem de Ribeirão Preto veta novas transferências para sua Unidade

30 Fogem 15 internos do Complexo Tatuapé

## Novembro

1 Covas coordena pessoalmente o início da demolição da Unidade Imigrantes, que é extinta. | Dois motins acontecem em menos de 24 horas na Febem de Ribeirão Preto, destruindo dependências internas; 26 adolescentes são transferidos para celas de um distrito policial da cidade. | Cerca de 20 adolescentes fogem da Febem de Franco da Rocha, na Grande São Paulo

4 É criado um grupo na Assembléia Legislativa para analisar projetos e medidas para melhorar a Febem SP

9 O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Condeca, rejeita proposta de extinção da Febem, com o voto de representantes do governo e da OAB. Fica definido que o Estado terá prazo de 180 dias para substituir a Febem por outra entidade. | O Complexo Tatuapé vive nova rebelião, com fuga de cinco adolescentes. | A Prefeitura do Guarujá vai à Justiça para barrar obra de unidade da Febem no município. | Mães de internos passam a se revezar em turnos, dormindo e trabalhando na Unidade Tatuapé

10 500 pessoas participam de ato contra a cria-



outras unidades. E havia uma fala de toda a monitoria de que esse menino era capaz de "levar sua meia sem tirar seu sapato", de tão esperto. Um dia, ele pendurou uma toalha grossa na grade da porta para tentar se suicidar. Mas não havia espaço nem condições ali para isso. Ele queria chamar a atenção, e eu pude ver o desespero nos olhos dele. Estava no limite... Passei a fazer atendimento diário, e ele cresceu. Voltou a uma Unidade Educacional e passou a estudar, coisa que nunca tinha feito. Fez mecânica e começou a estudar violino. Ele está pronto para sair, esperando a liberação. A minha preocupação em contar esse caso é mostrar que os meninos que estão na Febem não são psicopatas, como se pensa. O trabalho do psicólogo da Febem não condiz com a sua função; ele está apagando incêndio. É só para dizer que tem, porque na prática não dá para fazer nada. A Febem é uma estrutura perversa. Não dá para ficar muito tempo lá sem que a gente se perca. Nós, funcionários, estamos prisioneiros da Febem, junto com os meninos. Temos muitas vezes de trabalhar 10, 12 horas e não damos conta de apagar todos os incêndios. Estou na Febem ainda porque acredito nos meninos e na capacidade da humanidade de mudar. Cada menino que consegue um caminho positivo parece me dizer que a sociedade tem chance.

Meu nome é **Luciana Cirilo**, trabalho na Unidade Educacional 7 no Quadrilátero, o Complexo da Febem no Tatuapé. Somos uma Unidade com 100 meninos e temos duas psicólogas. Estou há dois anos e meio no trabalho e nunca mudei de unidade. Ali temos duas Unidades juntas: uma é de Acolhimento Provisório e outra é Educacional. Então, uma interfere na outra, e isso dificulta o trabalho. Alguns meninos estão de passagem, aguardando uma decisão judicial, e outros já tiveram uma decisão de internação e estão começando um trabalho educativo. Isso cria muitos conflitos. O menino, às vezes, está lá pela sétima vez numa internação provisória, e o outro está lá há um ano. Meu trabalho poderia ser melhor se tivéssemos uma quantidade menor de meninos por psicólogo. Hoje, espera-se que um psicólogo atenda 60 meninos. Temos que avaliá-los individualmente e fazer relatórios sobre seu desenvolvimento, acompanhar uma série de coisas que ficam inviáveis. Mas não é essa a re-

alidade da Febem. Há Unidades que não têm nenhum psicólogo. Eu tenho uma sala, a realidade da minha Unidade é privilegiada.

Sou **Maria Lúcia Prado Suziki**, sou psicóloga e encarregada técnica da Unidade Educacional 19, no Complexo Tatuapé, que recebe infratores primários de 14 a 18 anos, em primeira internação, com infração grave. A mais leve é roubo qualificado, que é assalto a mão armada. É roubo de carro, roubo em caixa eletrônico, que eles chamam de "saidinha de banco", assalto com seqüestro de vítima, e daí para homicídio, estupro. São 120 meninos, e apenas eu respondendo como psicóloga. Neste momento, está muito difícil trabalhar. Uma situação muito difícil é trabalhar a questão do "seguro". São adolescentes discriminados pelos outros por conta do ato infracional que cometeram ou por terem dado alguma rebelião, entregue alguma arma a monitor, coisas assim... O menino fica discri-

minado, sob a proteção de monitores. Essa é uma situação extremamente delicada de lidar, porque eles reproduzem o preconceito que sofrem na sociedade em relação a eles próprios. A agressão voltada para esse grupo do "seguro" é muito grande e horrível porque, além de serem segregados pela sociedade, eles são entre eles próprios. Houve uma situação de um menino que foi para o seguro por ser homossexual. Eles chamam de "desandão" e têm uma expectativa de que seja isolado desse menino até o prato, o talher e a caneca. Por tudo isso, sou a favor da descentralização da Febem, acho importante trabalhar com poucos adolescentes. Eles gostam de conversar vários assuntos. A gente tenta fazer grupo para discutir questões como sexualidade, briga com a namorada, família, mas a necessidade deles é muito grande. Precisaríamos de mais técnicos e menos meninos. ●

#### Crianças e adolescentes atendidos pela Febem SP

##### Serviços diretos

Adolescentes internos (em 19/10/99)	3.441
Adolescentes em semiliberdade	162
Adolescentes em liberdade assistida	8.634
Adolescentes prestando serviços à comunidade	92
Crianças abrigadas	541
<b>Subtotal 1</b>	<b>12.870</b>

##### Serviços terceirizados

Liberdade assistida	2.485
Abrigados	1.358
<b>Subtotal 2</b>	<b>3.843</b>
<b>Total geral</b>	<b>16.713</b>

Fonte: Febem SP/ Folha de S. Paulo, 26/10/99

#### Os números da Febem SP

Orçamento da Febem em 1999	R\$ 176,1 milhões
Custo mensal de um interno	R\$ 1.717,76
Funcionários da instituição	4.186
Salário de monitor	R\$ 701,27

Fonte: Febem/ OESP, 31/10/99

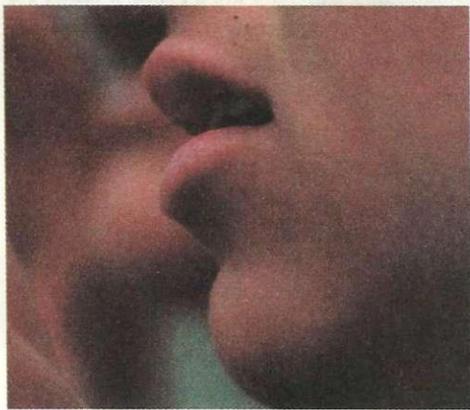
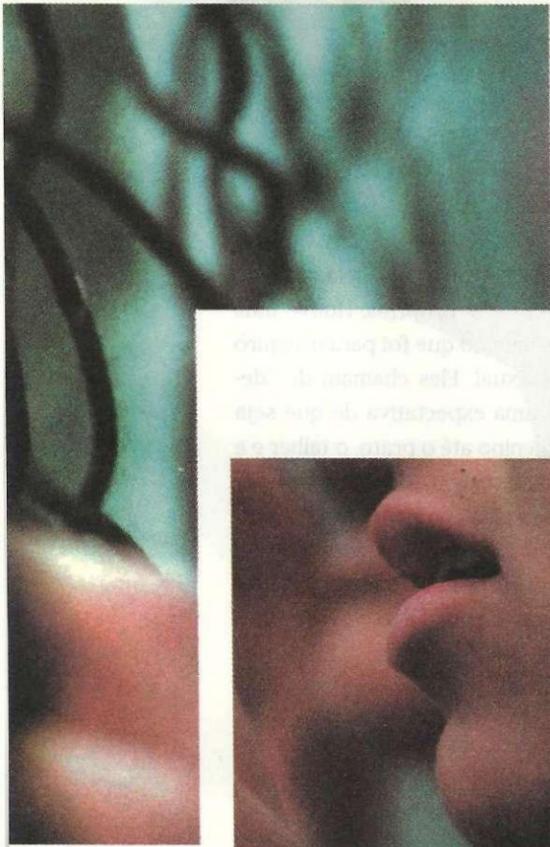
ção de grande unidade da Febem em Franco da Rocha

- 12 Internos do Complexo Tatuapé fazem nova rebelião, com dois monitores e quatro internos como reféns
- 17 Pesquisa do Vox Populi indica que 84% dos entrevistados defendem a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. \* Prefeitos do interior de São Paulo fazem exigências para receber novas unidades da Febem
- 18 Em reunião com entidades que defendem crianças e adolescentes em situação de risco, Covas anuncia no Palácio do Governo o modelo da "nova" Febem (leia matéria central). O custo dos investimentos é de R\$ 34 milhões. Representando o Grupo de Trabalho Interins-

- titucional sobre a Febem SP, a presidente do CRP SP, Lumêna Furtado, entrega ao governador o documento "O direito ao futuro: proposta participativa para o atendimento do adolescente autor de ato infracional no Estado de São Paulo", contendo propostas emergenciais e de longo prazo para a crise da Febem SP
- 22 Acontece o debate "Rebaixamento da imputabilidade penal", no Auditório do CRP SP, promovido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Febem
- 24 O governo transfere 409 internos do Complexo Tatuapé para o Cadeião de Santo André, na Grande São Paulo, com capacidade para 550 pessoas, como estratégia para evitar rebeliões
- 26 Covas exonera a secretária de Assistência e De-

- envolvimento Social, Marta Godinho, no cargo desde 1995, e revoga a decisão de vincular a Febem SP ao seu Gabinete. A pasta passa a ser comandada pelo advogado Edsom Ortega Marques, graduado em administração pela FGV, que coordenou o plano da "nova" Febem SP; a Presidência da Febem SP continua vaga
- 29 Cerca de 50 integrantes da Associação de Mães e Amigos de Adolescentes em Risco, Amar, pedem à Promotoria e Procuradoria da Vara da Infância e Juventude de São Paulo providências para a proteção dos 351 transferidos do Complexo Tatuapé para o Cadeião de Santo André: 90 dentre os 110 laudos emitidos por peritos atestam que os jovens sofreram agressões. | O governo diz que o diretor do Cadeião, Anselmo Antônio Neto, foi afastado do cargo. |

# Redução da idade penal pode elevar criminalidade juvenil



Parente de interno rebelado na Febem à espera de notícias, nas grades do Complexo.

Reduzir a imputabilidade penal de 18 para 16 ou 14 anos de idade é andar na contramão da história penal, fazer o contrário do que está acontecendo na maioria dos países mais avançados. Essa é a opinião da doutora Carmem Silveira de Oliveira, presidente da Febem do Rio Grande do Sul, que participou ao lado de João Benedicto de Azevedo Marques, ex-secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, do debate "Rebaixamento da imputabilidade penal", promovido no dia 22 de novembro pelo CRP SP. Carmem recordou, por exemplo, que "na Espanha, o sistema penal da era franquista fixava a idade penal mínima em 16 anos, enquanto que após a reforma democrática de 1995 a idade foi elevada para 18 anos, acompanhando a tendência do modelo penal da Europa".

O Brasil, hoje, inclui-se entre os 55% dos países cuja legislação determina a responsabilidade penal a partir dos 18 anos, definida no Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Na Inglaterra, a idade penal se inicia aos 12 anos. Mas o predomínio de países com idade penal abaixo dos 18 anos se dá na Ásia

e na África. Por aqui, as rebeliões constantes e o aumento dos casos de internações nas Febems têm gerado uma onda de reação no Congresso Nacional no sentido da redução da idade imputável, como se isso pudesse solucionar a criminalidade juvenil. No momento, 11 emendas tramitam no Congresso propondo a redução da idade penal.

No mundo, são minoritários os países em que a responsabilidade penal se inicia aos 16 anos (apenas 13% dos países), ou aos 14 anos (0,5%, caso do Haiti). Nesse ponto, o ECA ratifica a Constituição em seu artigo 228, "que é cláusula pétrea, imodificável, assegurando que são penalmente imputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial. Isso significa que qualquer modificação nesse sentido contraria a garantia de direitos individuais ali assegurados; por isso, tais emendas de redução da idade penal nem sequer poderiam estar sendo colocadas em pauta no Congresso, porque são anticonstitucionais", afirma Carmem Oliveira.

A polêmica em torno da redução da idade penal traz à tona um debate mais amplo sobre a realidade social vivenciada pela maioria dos jovens brasileiros. Segundo relatório divulgado pelo Unicef em 13 de dezembro, 21 milhões de crianças e adolescentes vivem em famílias com menos de meio salário mínimo *per capita*. Ao lado disso, os governantes insistem na aplicação de projetos repressivos e punitivos para lidar com o problema da violência juvenil cujos resultados são inadequados e geram ainda mais violência social. "Diante desse quadro, a sociedade expressa respostas brutais, principalmente quando desinformada, e se torna alvo fácil de uma retórica conservadora e oportunista. Não é a lei que deve ser mudada, mas a realidade que vitima crianças, adolescentes e suas famílias", ela defende.

Carmem propõe que as insatisfações da população com a violência urbana sejam canalizadas no sentido de se "exigir do Estado o acesso às políticas sociais básicas e um atendimento mais qualificado das instituições de internação, além da implementação de programas socioeducativos alternativos ao encarceramento".

Também contrário à redução da responsabilidade penal, o advogado João Benedicto de Azevedo Marques, que se exonerou no início de dezembro do cargo que ocupava no governo Covas, afirma que a adoção da medida seria um desastre, "porque vamos ter recolhidos muitos adolescentes com problemas pequenos, num sistema penitenciário já superlotado". Ele chama a atenção ainda para as diferentes realidades infracionais existentes entre o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste do país: "O que tem faltado é a implementação dos dispositivos do Estatuto, em particular a não separação dos infratores primários dos reincidentes, bem como dos autores de infrações graves, que devem cumprir as medidas de internação em estabelecimentos de contenção".

Diante disso, propõe que, em vez da mudança da idade penal, sejam feitos alguns "aprimoramentos" no ECA, como o agravamento das sanções nos casos dos delitos mais graves, como dobrar o prazo máximo de internação para seis anos. Além disso, afirma que o Estatuto deveria prever expressamente a existência de "estabelecimentos de máxima segurança para determinado tipo de jovem infrator". A Febem tem hoje 4 mil jovens infratores, dos quais ele insere cerca de 400 na categoria dos autores de infrações graves. "O maior crime que hoje se comete no Brasil é a mistura desses jovens autores de infrações gravíssimas com meros autores de subtrações de xampus."

João Benedicto questiona ainda o mau uso, pela Justiça da Infância e Adolescência, das medidas alternativas à internação e adverte: "É indispensável não ceder à tentação da demagogia ou de soluções fáceis e perigosas, como a redução da responsabilidade penal e outras que estão pela praça, como a pena de morte. Não podemos nos esquecer de que a norma penal baliza e pune condutas, mas não opera milagres pois, se assim fosse, poderia surgir um novo Código Penal com um único artigo que diria o seguinte: 'Fica proibido o crime, revogam-se as disposições em contrário'". ●

O adolescente Fábio Antônio de Castro, de 18 anos, nega no Tribunal do Júri ter degolado o interno morto nos conflitos de 24 e 25 de novembro. Disse ter confessado o crime coagido por policiais

## Dezembro

- 3 O novo secretário de Assistência e Desenvolvimento Social anuncia ação antimotim de fim de ano na Febem, separando os meninos por nível de infração e preparando um "pacote de atividades com base em pedidos dos internos". | Grupo armado de sete adolescentes tenta invadir a Unidade do Brás
- 5 Os 400 adolescentes presos no Cadeião de Santo André se rebelam por não poder receber

visitas nem sair das celas e por apanhar dos carcereiros

- 9 O Ministério Público abre o sexto inquérito para apurar tortura a adolescentes autores de atos infracionais nas cadeias em que estão recolhidos
- 12 Nove adolescentes fogem do Cadeião 3 de Pinheiros, utilizando lençóis. A prisão é considerada de segurança máxima
- 14 Dois garotos fogem do Cadeião de Santo André depois de roubar um carro da empresa que fornece alimentos ao presídio
- 16 O secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Edsom Ortega, anuncia a contratação de 650 funcionários para a Febem SP em caráter emergencial, por seis meses, e a abertura de

concurso público para preenchimento de 1.720 vagas. Serão contratados psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, médicos e instrutores de profissionalização. | O governo gaúcho anuncia a extinção da Febem. | O governo paulista decide suspender as internações na UAP-5 de Campinas após fuga de sete jovens no dia 13

- 18 Moradores da Vila Formosa, Zona Leste de São Paulo, protestam e depredam prédio de antiga escola que estava sendo reformado para abrigar unidade da Febem. | Promotores da Infância e Adolescência entram com ação na Justiça exigindo a retirada de internos da Febem do Cadeião de Santo André, Grande São Paulo.

Fonte: Pesquisa nos jornais Diário Popular, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo

# Bispo, o embaixador de Deus

Com o objetivo de valorizar e divulgar os trabalhos dos artistas usuários dos serviços de saúde mental do Estado de São Paulo, o CRP SP realizou neste final de ano

o Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas, que teve como vencedores, por ordem de classificação: Luiz Roberto Guilger, de Campinas; Gustavo Kaneviecher, de Santo André; e Rosângela Pereira da Silva, de Diadema. Os trabalhos serão divulgados através do calendário 2000 do CRP SP. O prêmio homenageia Arthur Bispo do Rosário, que viveu como interno da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Rio.

No início de 80, sua obra foi descoberta e extrapolou as fronteiras da segregação impostas pelo sistema manicomial. Essa mesma relação entre arte e loucura foi explorada, pela psiquiatra Nise da Silveira em seu Museu do Inconsciente. Ela faleceu no dia 30 de outubro, aos 94 anos, no Rio de Janeiro.

Pelo prontuário médico nº 01662 da Colônia Juliano Moreira, 30 palavras são suficientes para contar a biografia do paciente Arthur Bispo do Rosário: preto, solteiro, de naturalidade desconhecida, sem parentes, sem profissão, alfabetizado, com antecedentes policiais. Bispo foi ali internado no dia 25 de janeiro de 1939. Diagnóstico: esquizofrenia paranóide. Na ficha estão anotadas outras duas entradas do paciente na Colônia, em 23/8/1944 e em 14/4/1948, indicando ainda que ele esteve internado nos hospitais psiquiátricos da Praia Vermelha e do Engenho Novo.

Bispo do Rosário nasceu em Japarutuba, Sergipe, por volta de julho de 1909 (a data exata é controversa). A pesquisadora Lucianda Hidalgo encontrou um registro de seu batismo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde, em sua cidade natal, datado de 5 de outubro de 1909. Supõe-se que ele teria nascido por volta de julho. O próprio Bispo preferia uma versão mais inusitada para seu nascimento: "Um dia, eu simplesmente apareci", dizia. São escassas as informações sobre sua infância. Porém, é certo que em 23 de fevereiro de 1925 foi levado pelo pai a se alistar na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Sergipe, em Aracaju, como grumete. No início de 1926, foi transferido ao Quartel General do Corpo de Marinheiros Nacionais de Villegagnon, na Baía de Guanabara. Em 1930, foi promovido a sinaleiro-chefe B, função que ocupou até deixar a corporação, em 1933, por motivos disciplinares. Consta que, ainda pela Marinha, teria viajado para outros países e praticado boxe, na categoria peso leve, tendo conquistado um título sul-americano. Há versões de que poderia ter seguido carreira profissional no boxe, mas encontrou oposição de seus superiores. Certa vez, ele explicou a uma assistente social da Colônia: "Resolvi cair fora porque os oficiais não gostavam de marinhei-

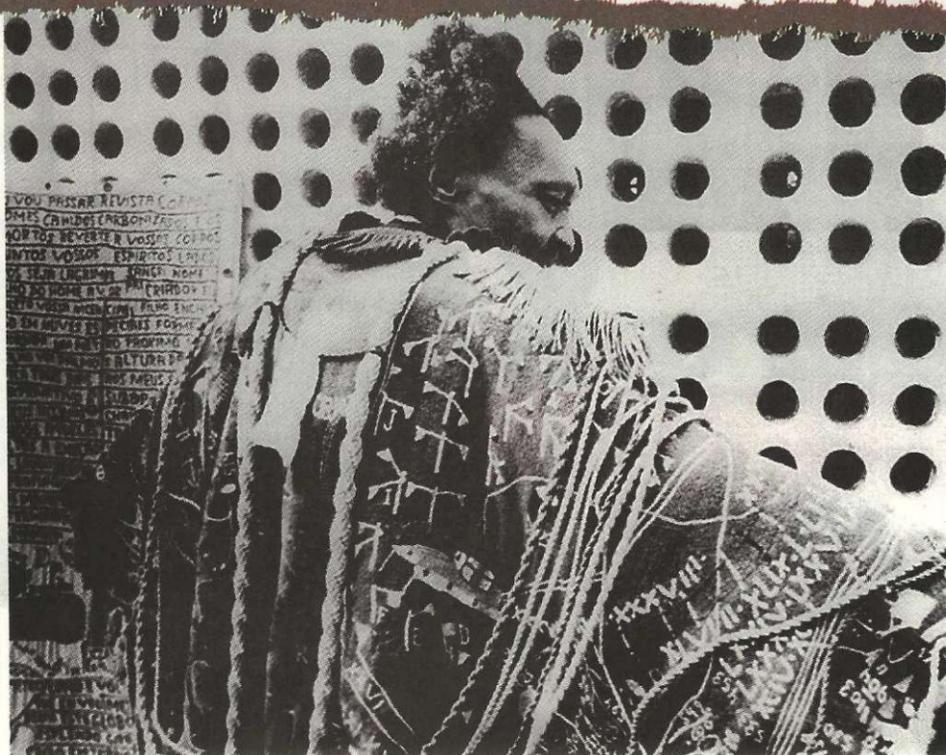
ro no jornal. Me prendiam quando eu tinha lutas marcadas com empresários".

Ao abandonar a Marinha - onde teria sido punido diversas vezes com prisões por insubordinação -, e tendo sua carreira de boxeador entrado em declínio, Bispo fixou-se no Rio de Janeiro e sobreviveu por um período fazendo biscates. Em 28/12/1933, foi admitido como lavador de bondes na Light, permanecendo na empresa até 1937, ocupando diversas funções braçais. Ali, em 1936, sofreu um acidente de trabalho no qual feriu seriamente o pé direito. Por conta desse acidente, o advogado Humberto Leone defendeu seus interesses junto à Light, promovendo um acordo de indenização. Como resultado desse contato, Bispo foi trabalhar como empregado doméstico no casarão do advogado, situado na Rua São Clemente, 301, em Botafogo. Ocupou uma dependência nos fundos do enorme quintal.

"Um dia - conta um dos filhos de Humberto Leone, o também advogado Gilberto Leone -, ouvimos um berreiro no portão da casa. Lá estava Bispo dizendo coisas desconexas. Logo em seguida, sumiu. No dia seguinte, fomos procurá-lo em primeiro lugar na Igreja de São José, no centro da cidade. Porque, para ele, meu pai era Deus; eu, Jesus Cristo; e ele próprio, São José. Quando chegamos, o padre disse que de fato passara por lá um preto maluco que queria expulsá-lo dizendo-se São José. Quando meu pai o encontrou, estava no chão falando coisas sem sentido, não o reconhecendo." Essa versão aparentemente coincide com a do próprio Bispo, tal como foi descrita em um dos seus panos e num fardão, de que na noite de 22 de dezembro de 1938 ele teria visto Cristo descer no quintal da casa, acompanhado de sete anjos azuis, envolto numa luz irradiante. Após delirar durante dois dias pelas ruas da cidade, foi preso e internado no Hospital dos Alienados da Praia Vermelha, de onde



## BISPO DO ROSÁRIO



Bispo: 50 anos de internação e surpreendente produção artística

Foto | Agência Estado

foi transferido para o Hospital Psiquiátrico D. Pedro II, no Engenho de Dentro. Tinha então seus 27 anos. Em 25 de janeiro de 1939, foi transferido para a Colônia Juliano Moreira. A partir daí, em seu prontuário médico há alguns vazios, constando reingressos sem registros de alta ou saída.

Num desses períodos, ainda na primeira metade dos anos 40, Bispo voltou a procurar o advogado Leone no escritório que mantinha na Avenida Rio Branco. Queria explicações sobre o que acontecera com ele na casa da Rua São Clemente, na noite em que teria visto Cristo. Tudo indica que Bispo deve ter fugido da Colônia, nessa ocasião. Trabalhou algum tempo no escritório, encerrando o chão e fazendo outros serviços. Exerceu também a função de porteiro do Hotel Suíço, na Glória, onde dormia, tomava café da manhã e almoçava, deslocando-se à tarde para o escritório de Leone. E foi ainda por recomendação de Gilberto Leone que Bispo empregou-se, em 1961, na Clínica Pediátrica Amiu, sediada na Rua Muniz Barreto, 15, em Botafogo. Trabalhou ali durante cerca de quatro anos, ao mesmo tempo em que morava no sótão da casa ao lado, que integrava a Clínica. Quando se apresentou - conta o dr. Avany Brandão, um dos sete proprietários da Clínica e cunhado de Gilberto Leone -, foi logo dizendo: "Não recebo dinheiro; dinheiro é a perdição do mundo. Quero um lugar para morar e trabalhar. Faço tudo o que for mandado".

Dr. Avany relata ainda que, um dia, procurou-o em seu sótão e espantou-se com o grande número de miniaturas que ele fabricara no seu isolamento esquizofrênico. "Eram navios de guerra, automóveis, galhardetes, estandartes, mantos - estes em veludo, policromicamente bordados à mão. Vi também uns dois ou três caixotes de plaquetas de folhas de flandres, que ele recortava das latas de leite em pó. As plaquetas eram picotadas em pregos, contendo o nome de pessoas que ele conhecia. Nos caibros, armazenava os carretéis e demais apetrechos de seu artesanato misterioso." Um dia, disse que ia se transformar em Deus e que delegações do mundo inteiro viriam vê-lo. Leone, com a ajuda de um policial, um advogado e

de médicos, preparou uma encenação para levá-lo num cortejo de carros de volta à Colônia, onde foi recebido como mestre pelos internos, que fizeram fila para beijar-lhe as mãos.

Instalado definitivamente na Colônia Juliano Moreira, em 1948, onde era respeitado como "xerife do pavilhão", Bispo ali permaneceu por cerca de 40 anos, até sua morte, desenvolvendo artefatos que considerava "um inventário do mundo para levar a Deus". Em 1980, o hospício passou por uma reforma, com a proibição dos eletrochoques e da lobotomia. Dessa abertura resultou a presença na Colônia de estagiários em Psicologia, entre os quais Rosângela Maria Magalhães Gomy, que conseguiu penetrar no mundo privado de Bispo e tornar-se a única pessoa a realizar um trabalho terapêutico com ele. A todos que tentavam adentrar seu espaço, Bispo tinha uma charada decisiva: "Qual é a cor do meu semblante?". Aos que erravam a cor, o acesso era irrefutavelmente negado. Através de um projeto de vida com uma lógica extremamente particular, articulada com momentos de delírio místico, Bispo manteve sua dignidade e relações de troca com as pessoas de seu ambiente, produzindo peças de grande beleza plástica. Suas obras foram pela primeira vez expostas ao público na mostra coletiva "À Margem da Vida", em 1982, que reuniu obras assinadas por presidiários, adolescentes autores de atos infracionais, idosos e internos de hospitais psiquiátricos. Nesse período, Maria Amélia Mattei já vinha garimpando obras de internos da Colônia para montar o Museu Nise da Silveira, que atualmente preserva e detém os direitos sobre sua obra.

Arthur Bispo do Rosário faleceu às 19 horas do dia 5 de julho de 1989, de infarto do miocárdio e arteriosclerose, aos 78 anos, depois de viver cerca de 50 anos produzindo

**“Minha missão é esta: representar a existência da Terra. É o significado de minha vida”**

**Bispo do Rosário**

### Comissão julgadora do Prêmio Arthur Bispo do Rosário

Conceição Aparecida Lopes, artista plástica e arte educadora

Joca Millan, *marchand* e pesquisador de artes plásticas

Silvio Coutinho, artista plástico e arte educador do, Museu de Arte Contemporânea, MAC.

intensamente na Colônia Juliano Moreira. Na certidão de óbito, lê-se: "Ignora-se se deixou bens, testamento e se era eleitor". No enterro, ocorrido cinco dias depois, um paciente da Colônia, o Jorge Gorila, fez a saudação fúnebre. Falou do querido colega e amigo, dizendo que "nós, internos, nos sentimos orgulhosos de ter alguém importante assim". Ao final da cerimônia, sugeriu que "as pessoas ali presentes dessem um agrado para os coveiros, pois Bispo era uma pessoa ilustre, e em enterro de gente ilustre os parentes dão um agrado para os coveiros". Daí até 1993, foram realizadas seis mostras individuais dos seus trabalhos, que reúnem esculturas, pinturas, bordados e colagens, utilizando os mais diversos materiais - desde panos até utensílios domésticos. Elas foram visitadas por um público estimado em 100 mil pessoas. Em 1991, trabalhos de Bispo integraram a Mostra Viva Brasil, promovida pelo governo da Suécia, no Kulturhuset, em Estocolmo. Em 1995, ele representou o Brasil na 46ª Bienal de Veneza, principal evento de artes plásticas do mundo. ●

Fontes: "Arthur Bispo do Rosário, O Senhor do Labirinto", de Luciana Hidalgo; "Arte e Loucura, Arthur Bispo do Rosário", de Jorge Anthonio e Silva; "O Universo segundo Arthur Bispo do Rosário", de Patrícia Burrowes, e Projeto Cultural Bispo do Rosário

Site [www.coreb.fiocruz.br/~colonia/bispo.htm](http://www.coreb.fiocruz.br/~colonia/bispo.htm)



Obras de Bispo: projeção internacional

# A psiquiatria rebelde de Nise da Silveira

A discordância com o estabelecido, as circunstâncias históricas e um tanto de estudo e intuição podem levar à criação de métodos e formas de trabalho que com o tempo tornam-se revolucionários. Nise da Silveira foi alguém que deixou seu nome impresso na história da Psiquiatria por sua coragem intelectual de romper com o estabelecido e pela identificação profunda com o sofrimento humano. Pode-se dizer que essa capacidade de comover-se com o sofrimento alheio foi a chave para superar os limites que definiam os procedimentos psiquiátricos biologizantes.

Nise da Silveira, filha ilustre das Alagoas, estudou medicina na Bahia aos 15 anos, sendo a única aluna mulher na faculdade e uma das primeiras mulheres de seu tempo a se tornar médica, formando-se na turma de 1926 entre 157 homens.

Aos 27 anos foi aprovada num concurso para psiquiatra no Hospital da Praia Vermelha e dois anos depois, durante a Intentona Comunista, foi presa junto com Olga Benário, Beatriz Bandeira, Maria Werneck de Castro e Eugênia Álvaro Moreyra, vindo a se tornar uma das personagens de "Memórias do Cárcere", de Graciliano Ramos, também confinado no presídio. Nise contou a Ferreira Gullar que esse episódio desmentiu o que ela aprendera sobre doença mental pelos livros de Psiquiatria. Tendo sido denunciada por uma enfermeira que achava livros marxistas em seu quarto, teve sua prisão decretada. Uma doente que levava café da manhã para ela em seu quarto não ficou indiferente e tentou avisá-la. Mesmo sem entender a dimensão do que se passava, pegou aos murros a enfermeira que havia denunciado a doutora.

De volta ao Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, no Engenho de Dentro, sete anos mais tarde, Nise começa uma nova briga - a briga com a Psiquiatria. Durante os anos que passou fora do hospital, algumas novas "técnicas" como a lobotomia, o eletrochoque, o choque de insulina e o de cardiazol haviam sido introduzidas no tratamento de pacientes. À rebelde, como foi chamada pelo diretor do hospital, não sobrava lugar nas enfermarias pela discordância com os métodos adotados, sobrando-lhe apenas a terapêutica ocupacional, lugar cuidado por serventes e desprezado pelos médicos cujo objetivo não era a cura. Até sua chegada nesse espaço, os doentes eram usados em atividades como varrer, limpar vasos sanitários ou servir outros doentes. A inovação introduzida pela doutora Nise abriu a eles o caminho da expressão, da criatividade, da emoção de lidar com diferentes materiais de trabalho, o que revolucionou a Psiquiatria. A oposição ao caminho fisiológico levou-a a apostar na possibilidade de o doente, através da expressão simbólica, vencer a desordem interior e reatar os vínculos com a realidade. A criação dos ateliês de pintura e modelagem deu origem ao futuro Museu de Imagens do Inconsciente.

Mas as inovações não pararam por aí. Ao encontrar uma cadela abandonada no hospital, entregou-a aos cuidados de um doente, que passou a desenvolver uma atitude de cuidador, o que, segundo Nise da Silveira, levou à sua cura. Em seguida, esse ex-interno veio a se tornar monitor no hospital. Foi possível perceber que o animal reunia qualidades que podiam fazer dele um ponto de referência estável na vida do paciente. Ela dizia que os animais tinham a função de co-terapeutas.

Diante de tamanha complexidade, decidiu ampliar seu conhecimento sobre linguagem da arte e a significação das formas simbólicas e decidiu criar, com mais três colegas, um grupo de estudo de psicologia analítica, que teve importantes conseqüências para o desenvolvimento de seu trabalho. A complexidade do universo das formas pictóricas e dos inúmeros fatores que operam na atividade expressiva levou Nise a observar as mandalas produzidas por seus pacientes. Ao escrever a Jung, enviando-lhe junto algumas fotografias desse material, o mestre reconheceu que ali estavam formas que manifestavam as forças do inconsciente que buscavam compensar a dissociação esquizofrênica. Mais tarde, Nise escreveu: "Eu me via diante de uma abertura nova para a compreensão da esquizofrenia".

A criação do Museu de Imagens do Inconsciente, em 1952, e a fundação da Casa das Palmeiras, em 1957, foram conseqüência natural do trabalho realizado na Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, no Engenho de Dentro.

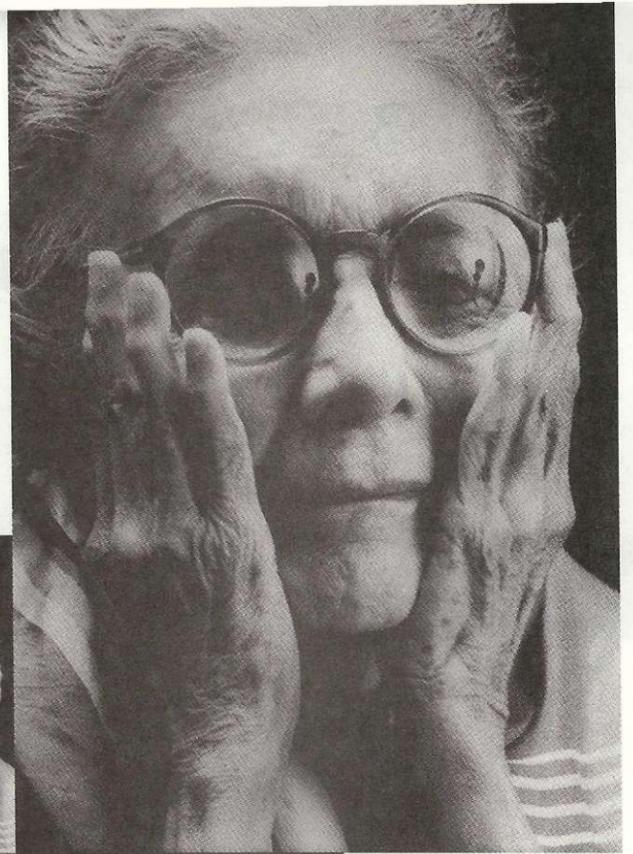


foto | Agência Estado

Nise, em 1998, a cara da coragem



No Museu foram guardados quadros e desenhos com o zelo de apontamentos sobre o processo de desenvolvimento de vida dos doentes. Por isso, ainda que muitos desejassem possuir ou comprar, Nise não permitiu que o acervo se dispersasse. A razão dessa negativa estava na importância e finalidade que atribuía àquelas obras, documentos, testemunhos e expressões simbólicas preciosas, que possibilitariam o conhecimento mais profundo do universo interior do esquizofrênico.

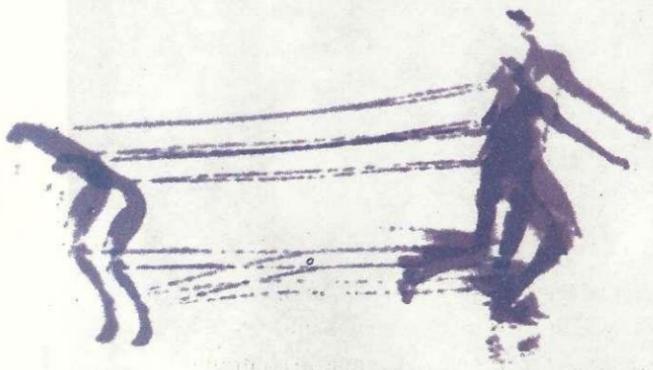
Por outro lado, a Casa das Palmeiras veio responder a uma das antigas preocupações com a reintegração de pacientes que recebiam alta, ampliando o método curativo das doenças mentais. Nise imaginou um espaço que funcionasse como uma ponte entre a internação e a vida na sociedade. Destinada à reabilitação de egressos de estabelecimentos psiquiátricos, funcionava como uma etapa intermediária entre a rotina hospitalar desindividualizada e a vida na sociedade e na família, com seus inevitáveis e múltiplos problemas.

Nise deixa muitas lições aprendidas com humildade de seus doentes, monitores e dos vários escritores e pensadores que leu. Citando uma frase que Spinoza lhe disse em um sonho, ela diria que "a loucura é a pior forma de escravidão humana". E lendo Antonin Artaud - "o ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos" -, ela chegou a pensar em substituir a palavra esquizofrenia pela expressão "os inumeráveis estados do ser". Que depois dela ainda possam ser inumeráveis as formas de lidar com o sofrimento humano.

**Katia Rubio**

psicóloga, conselheira do CRP SP

# Metáforas para questionar paradigmas



## Psicossomática entre o Bem e o Mal – Reflexões sobre a Identidade

De Carlos R. Briganti. Summus Editorial  
200 páginas, R\$ 22

Este livro é fruto do processo de construção e reflexão a partir e junto com o Movimento Interdisciplinar de Psicossomática, MIP. Ao discutir a psicossomática “entre” o bem e o mal, posição tão reconhecidamente humana, cria a possibilidade de diálogo, dúvida e respeito necessários e presentes na subjetividade. Briganti nos conduz à reflexão, ao mesmo tempo em que constrói sua própria reflexão. É um livro rico em metáforas que ajudam a questionar os paradigmas postos, a construir novas perspectivas e reconstruir caminhos já trilhados. É um convite para se romper as amarras do saber convencional e criar diálogos com a academia.

Briganti partilha com colegas do MIP o seu processo de construção/reflexão, pois

encontramos, ao final de alguns capítulos, comentários, frutos decorrentes da “provação” estimulante sistematizada por ele. Seus companheiros nessa trajetória foram: Mathilde Neder, Vera De Laurentis, Antônio Cortese, Regina Favre, Maria Margarida de Carvalho, Liane Zink, Mirtis Toledo, Denise Ramos, Léia Cardenuto, André Gaiarsa, Lia Castaldi e José Carlos Riechelmann.

As várias dimensões da psicossomática são abordadas e questionadas: o poder das imagens e da mídia; a relação médico-paciente, ou melhor, terapeuta-cliente; corpo; religião; sexo/sexualidade; instituições sociais e políticas; e o próprio movimento de construção da psicossomática, como uma área interdisciplinar.

As próprias palavras de Briganti esclarecem o que se encontrará durante a leitura: “Este é um texto que foge do mágico, encontra-se distante dos livros de autoajuda, distante de explicações místico-esotéricas. Não propõe caminhadas a Barueri, muito menos a Santiago de Compostela. (...) Propõe a reflexão e algum suporte à dúvida desconcertante que é a arte do viver. Propõe uma reflexão sobre a imensa dificuldade que é o estar sadio. As imensas dificuldades de conviver com a natureza indômita. (...) Este é um livro que procura ser singelo, nada ousado. Desconcertante para os que procuram em vidas passadas as explicações do momento. Esses encontrarão nestas páginas momen-

tos de reflexão, sobre as angústias do cotidiano, as amarguras das doenças, as dificuldades do controlar a vida, das manifestações do inconsciente em toda sua capacidade de nos fazer sentir vítimas de um particular teatro autocentrado, constantemente ludibriado pelo próprio autor: nós mesmos...” (pp. 26-27).

Por exemplo, no capítulo III – Masoquismo e Engajamento? –, é pontuada a questão da humanidade ter um contrato de engajamento e sofrimento que a antecede. O que parece masoquismo, na realidade pode expressar um ritual da angústia básica do homem, que se percebe engajado/comprometido com projetos que não foram de sua própria escolha, mas sim dos que o antecederam. Assim, aprisionar-se a uma única teoria pode limitar a compreensão do humano. Abrir-se para questionar os paradigmas, elaborar releituras dos processos humanos, utilizar-se das metáforas e das produções coletivas da humanidade nesse processo pode ser um caminho para uma psicossomática transdisciplinar. A leitura deste livro abre muitas possibilidades para o trabalho dos interessados na área. É um convite a múltiplas construções.

### Edna Maria Peters Kahhale

doutora em Psicologia Experimental pelo Ipusp, professora da PUC-SP, tutora do PET/Psicologia Capes/PUC-SP

## Estante

### A Prática da Psicoterapia

Organização de Valdemar Angerami. Aborda aspectos teóricos, o instrumental técnico e o “*setting* terapêutico” da Psicoterapia. Editora Pioneira, 200 páginas, R\$ 25.

### Os Nomes da Loucura

De Isaias Pessotti. O autor encerra a trilogia que refaz o trajeto percorrido pela humanidade na sua relação com a doença mental e com as formas de tratá-la, iniciada com “A Loucura e Suas Épocas” (94), prosseguindo com “O Século dos Manicômios” (96). Fruto de extensa pesquisa em fontes raras no Brasil e na Itália. Editora 34, 264 páginas, R\$ 23.

### Grupos, a Proposta do Psicodrama

Organização de Wilson Castello de Almeida. Seleção de textos sobre os procedimentos grupais e seus usos didáticos e operativos aplicados ao psicodrama. Editora Ágora, 208 páginas, R\$ 23.

### Gestalt-terapia de Curta Duração

De Jorge Ponciano Ribeiro. Constituído de perguntas e respostas, aborda a psicoterapia de curta duração sob a ótica fenomenológica, usando como referencial a visão humanista. Summus Editorial, 192 páginas, R\$ 21.

### A Arte de Restaurar Histórias

De Jean Clark Juliano. A psicóloga pioneira na introdução da Gestalt terapia no Brasil acredita que o crescimento pessoal está intimamente ligado à possibilidade de contar nossas histórias. Summus Editorial, 160 páginas, R\$ 18.

### Feridas Invisíveis –

#### Abuso Não-físico contra Mulheres

De Mary Susan Miller. Reflexões sobre feridas expressas no abuso psicológico, emocional, na coerção econômica e na restrição social. Editora Summus, 288 páginas, R\$ 31.

### Educação para a Nova Era – Uma Visão Contemporânea para Pais e Professores

De Maria Luiza Pontes Cardoso. Guia sobre alternativas educacionais fundamentadas em valores contemporâneos. Editora Summus, 168 páginas, R\$ 18.

### Socorro, Doutor!

#### Atrás da Barriga Tem Gente!

De Ângela Amâncio de Ávila. Baseado nos 16 anos de experiência da autora na pesquisa, observação e trabalhos desenvolvidos com gestantes. Editora Atheneu, 232 páginas, R\$ 27.

### Transtornos Emocionais na Escola

Organização de Pippa Alsop e Trisha McCaffrey. Coletânea de artigos de autores ingleses sobre as diversas formas de transtornos (luto, conflitos paternos, depressão, alimentação, suicídio etc.) que afetam crianças e prejudicam seu desenvolvimento escolar. Summus Editorial, 196 páginas, R\$ 20.

### O Universo Psicológico do Futuro Médico – Vocação, Vicissitudes e Perspectivas

Vários autores. Experiência de um grupo da USP que atua há 13 anos na assistência psicológica a estudantes de medicina. Casa do Psicólogo, 282 páginas, R\$ 40.

### Diálogo com a Esperança

De Maria Amélia Xavier. A convivência fora e dentro do lar com uma pessoa com deficiência mental. Memmon, 174 páginas, R\$ 18. Telefax (11) 6941-9221.

### Da Palavra ao Gesto do Analista

De Jorge Forbes. Revela como o analista opera na clínica: suas palavras, gestos e desejos. Jorge Zahar Editor, 192 páginas, R\$ 22.

# Tecnologia para pós-humanos?

## Uma crítica

É comum hoje em dia dizer que o ser humano não pode mais ser concebido isolado da tecnologia, e que está se tornando um verdadeiro "cyborg", o que na visão de algumas pessoas justificaria a necessidade da "psicoterapia pela Internet". O termo cyborg foi cunhado por Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline, na revista *Aeronautics* de 1960. O objetivo era pensar como adaptar o organismo humano para qualquer ambiente, para fins de exploração extraterrestre. A resposta era criar sistemas homem-máquina autorreguladores, automáticos, independentes da vontade consciente, que cooperassem com controles homeostáticos autônomos do próprio organismo humano. Clynes e Kline chamaram de cyborg ao "complexo organizacional exogenamente estendido funcionando inconscientemente como um sistema homeostático integrado". O cyborg "deliberadamente incorpora componentes exógenos, estendendo a função de controle autorregulador do organismo com o fim de se adaptar a novos ambientes". Esse conceito foi depois apropriado e adaptado por pensadores pós-modernistas, como Donna Haraway, que desenvolveu uma "teoria irônico-crítica" da atualidade no seu "Manifesto Cyborg".

É verdade, deve-se admitir, que algumas linhas da Psicologia enfatizam a importância da mediação artefactual na constituição da personalidade do ser humano e da sua capacidade cognitiva. São linhas inspiradas no psicólogo russo Vygotsky e outros, como Luria, Leontiev etc. e constituem a disciplina atualmente conhecida como Teoria da Atividade. A tecnologia informática é apenas um dos tipos de mediadores artefatuais que ajudam a constituir o ambiente cultural humano e, dessa maneira, ajudam a constituir o próprio ser humano.

Hutchins, famoso cientista cognitivo, pergunta por que os seres humanos atuais são mais inteligentes do que os pré-históricos e responde: somente porque construímos ambientes mais inteligentes nos quais funcionar. De fato, não é possível conceber o ser humano isolado de seus artefatos: a escrita, as instituições, as ferramentas, as "máquinas de morar", as "máquinas de transportar", e atualmente, as "máquinas de telecomunicação e telepresença". A importância da mediação por artefatos é o que

motivou o GT do CRP a denominar seu objeto de estudo de "atendimento mediado pelo computador", e não simplesmente "Psicoterapia pela Internet".

No entanto, é preciso estar atento para uma pequena sutileza de interpretação. Uma tendência do pensamento ocidental é isolar o pensamento da existência corpórea. Trata-se da famosa distinção cartesiana entre mente e corpo. Seguindo essa abordagem, podemos dizer o seguinte: o ambiente humano atual é um ambiente repleto de signos. Com o desenvolvimento da técnica - imprensa, informática, telecomunicações -, há uma explosão do mundo dos signos, que alguns chamam de noosfera. O ser humano vive mergulhado na noosfera, e, assim, tanto um atendimento psicoterapêutico face-a-face tradicional quanto um atendimento mediado pelo computador são equivalentes, pois ocorrem na noosfera. Não importa se o ambiente mediador é uma sala de consultório com paredes, chão e cadeiras ou se é o espaço virtual compartilhado na tela do computador. O signo (conteúdo conceitual, "mente") é o que importa, e não a materialidade (os limites corporais e físicos).

Embora eu concorde em parte com a concepção da noosfera, acredito que não devemos desconsiderar as peculiaridades materiais dos artefatos mediadores. Estes podem ser compreendidos de duas maneiras, e a diferença não é trivial. Gostaria de chamar a atenção para a sutil distinção entre a abordagem da Teoria da Atividade e a perspectiva que considera o ser humano atual como um cyborg, modificado pela tecnologia da informática e mesmo pela biotecnologia, constituindo-se um verdadeiro "pós-humano".

Hayles define o "pós-humano" como um ponto de vista caracterizado pelas seguintes pressuposições: "(...) a concepção pós-humana considera o corpo como a prótese original que todos aprendemos a manipular, de tal forma que estender ou substituir o corpo com outras próteses torna-se uma continuação de um processo que se iniciou antes mesmo que tivéssemos nascido. (...) a concepção pós-humana configura o ser humano de tal forma que possa ser articulado sem descontinuidade com máquinas inteli-

gentes. No pós-humano, não há diferenças essenciais ou demarcação absoluta entre a existência corpórea e a simulação computacional, mecanismo cibernético e organismo biológico, teleologia robótica e objetivos humanos" (Hayles, 1999, pp. 2-3).

A meu ver, a concepção "ciborguiana" ou "pós-humanista" é ideologicamente comprometida, pois retira dos seres humanos individuais e das coletividades a responsabilidade pela condução do desenvolvimento tecnológico, como se a tecnologia constituísse uma deriva orgânica, praticamente com vida e intencionalidade próprias.

A perspectiva da Teoria da Atividade é mais equilibrada, porque a ênfase não é nos mediadores, por mais fantásticos que sejam - computadores, instrumentos de medição, livros, jornais - e sim nas inter-relações entre seres humanos, no contexto comunitário. Cabe aos seres humanos decidir sobre o lugar da tecnologia nas suas ações e nas suas relações. Embora no nível macroscópico a interferência individual pareça ser impossível, a atuação no meio próximo, no âmbito local, é bastante pertinente, e essa é a perspectiva defendida por autores como Bonnie Nardi, Vicky O'Day e Donald Norman.

### Elisa Sayeg

Reflexões originalmente integrantes de pesquisa de doutorado na FE-USP  
cyborg@uol.com.br

### Referências bibliográficas

- Santaella, Lúcia. *A Cultura das Mídias*. São Paulo, Experimento, 1996.
- Hutchins, Edwin. *Cognition in the Wild*. MIT Press, 1996.
- Hayles, N. Katherine. *How We Became Post-Human*. Univ. Chicago Press, 1999.
- Nardi, Bonnie e O'Day, Vicky. *Information Ecologies: Using Technology with Heart*. MIT Press, 1999.
- Norman, Donald. *The Invisible Computer*. MIT Press, 1998.
- Clynes, Manfred E. e Kline, Nathan S. "Cyborgs and Space", *Aeronautics*, 1960.
- Haraway, Donna. "Manifesto for Cyborgs: Science, Technology and Socialist Feminism in the 1980's". *Socialist Review*, nº 80: 65-108.
- Gray, Chris Hables. *The Cyborg Handbook*. Routledge, 1995.

### Atualização do Código de Ética em debate

A Comissão de Ética do CRP SP vem discutindo com professores da matéria, nas faculdades do Estado, a necessidade de se fazerem alterações no Código de Ética Profissional dos Psicólogos, revisito pela última vez há 12 anos. Como resultado desses encontros, a Comissão e os professores avaliaram que não seria necessário neste momento proceder a uma revisão nos princípios do Código, mas sim fazer uma atualização, considerando as modificações que a Psicologia enquanto ciência e profissão vivenciou nesses 12 anos. Com essa finalidade, o CRP SP estará promovendo um debate em abril de 2000, quando as propostas serão analisadas e debatidas com todos os psicólogos. O objetivo final será a apresentação ao CFP de uma proposta de atualização do Código. Participaram das reuniões professores das seguintes faculdades: São Judas, PUC-SP, Unicastelo, Unimep, Pucamp, USP, São Marcos, Brás Cubas, Paulistana, Senador Flaquer, Uniban, Mackenzie, Padre Anchieta, Fac/Filo/Ciências e Letras de Guarulhos e USP Ribeirão Preto.

### Conselho seleciona projetos sobre pioneiros paulistas

O Projeto Memória da Psicologia Brasileira, criado pelo CFP, estará sendo também realizado pelos conselhos regionais. Com a finalidade de orientar sua execução, o CRP SP constituiu a Comissão de História e Memória da Psicologia, que desde novembro está recebendo projetos sobre a trajetória dos pioneiros da Psicologia no Estado. A prioridade da Comissão é conhecer a história dos profissionais vivos que ajudaram a institucionalizar e regulamentar a profissão nas décadas de 40 e 50. Podem apresentar projetos universidades, entidades, instituições, empresas ou grupos de profissionais. O limite máximo de verba para cada proposta é de R\$ 15.000. Quatro serão aprovadas nessa primeira etapa regional. Devem utilizar a metodologia da história oral e ter como objetivo a compilação e digitalização de dados, além da realização de um vídeo e um artigo sobre a personalidade pesquisada. Um modelo orientando a montagem de projetos está disponível aos interessados na Secretaria do CRP SP, assim como a lista dos pioneiros a serem prioritariamente pesquisados.

### Apaf aprova especialização para psicólogos

Em reuniões ocorridas entre 3 e 5 de dezembro, a Assembléia Política Administrativa e Financeira, Apaf, do CFP aprovou a criação de registros para especialistas em áreas específicas da Psicologia. A Resolução do CFP que determinará as condições em que essas especializações serão feitas só será aprovada em reunião prevista para dezembro de 2000. Portanto, o próximo ano será de intensos debates sobre a questão em todo o país.

### Revista recebe textos sobre drogadição até março

O CRP SP continua recebendo colaborações para a revista institucional que deverá circular no próximo semestre. A data limite definida para a entrega dos textos é fim de março de 2000. Deverão ter no máximo 2.500 caracteres e podem ser enviados por e-mail ou em disquete por Correio ao CRP SP, endereçado à Comissão Editorial da Revista do CRP SP. Todo psicólogo inscrito no CRP SP pode participar com artigos, ensaios, análises, reflexões, críticas, relatos de experiências ou mesmo textos ficcionais, desde que atendam à temática central, que nessa primeira edição será drogadição.

### 1ª Mostra Nacional de Práticas Profissionais em Psicologia

Os Conselhos de Psicologia de todo o Brasil estarão promovendo no ano 2000 a 1ª Mostra Nacional de Práticas Profissionais em Psicologia – Psicologia e Compromisso Social. Inicialmente previsto para ocorrer em agosto, durante a Semana do Psicólogo, o evento foi adiado para os dias 5,

6 e 7 de outubro, quando deverão se reunir em São Paulo cerca de 3 mil pessoas ligadas à Psicologia de todo o Brasil. A Mostra pretende apresentar à sociedade experiências diversas de profissionais em Psicologia comprometidas com a mudança da realidade social brasileira. Podem ser

inscritos, até 30 de julho, trabalhos como painéis, vídeos, fotografias, performances, peças teatrais, relatos e outros, realizados por estudantes de Psicologia e psicólogos de todo o país. As inscrições em São Paulo podem ser feitas na sede e subdes do CRP.



### Fique legal! Fique em dia com a Psicologia!

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia vêm alertar que a anuidade é um tributo obrigatório, instituído por lei. O não pagamento pode configurar exercício ilegal da profissão. Em função dessa lei, os Conselhos estão impedidos de conceder isenção do pagamento e têm a obrigação de cobrar as dívidas, inclusive judicialmente. Se você não estiver exercendo a profissão, solicite a suspensão da sua inscrição. Por outro lado, é o pagamento da sua anuidade que garante a realização, pelos Conselhos, dos projetos que qualificam o exercício profissional da Psicologia. Por essa razão, recomendamos o pagamento da anuidade no seu vencimento, bem como a negociação, junto ao CRP, de eventuais dívidas.

### Diálogos volta com João Augusto Pompéia

O próximo convidado do Projeto Diálogos é o psicoterapeuta João Augusto Pompéia, professor da PUC-SP. Ligado à corrente "fenomenológica", Pompéia fará um retrospecto de sua trajetória pessoal e profissional. A entrevista acontecerá no Auditório do CRP SP, dia 8 de fevereiro, às 20 horas. Reservas podem ser feitas na Secretaria do CRP SP, com vagas limitadas.

### IPPIA Instituto de Psiquiatria da Infância e Adolescência

Credenciado pelo Departamento de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria  
Direção: Dra. Amélia Thereza de Moura Vasconcellos, psiquiatra e psicanalista

#### Curso de Formação e Reciclagem em Psiquiatria e Psicoterapia de Crianças e Adolescentes

Duração: 2 anos, 10 h/semana (terças e/ou sextas-feiras, manhã e/ou noite). Início: março 2000.  
Seminários, aulas práticas, supervisão clínica e fundamentação teórica: Integração Biopsicossocial da Personalidade; Psicopatologia Infanto-juvenil; Técnica Diagnóstica e Terapêutica com Referencial Psicanalítico, Estudos de Autores Básicos: Freud, M. Klein, Winnicott.

Informações e inscrições p/ entrevistas de seleção: Al. Santos, 2.384, sl. 01, fone/fax: (11) 282-0180

### Instituto de Terapia de Família e Casal de Campinas

#### Curso de Formação – 2000

Duração: 4 anos – aulas quinzenais  
6ª das 15:00h às 21:00h  
Informações (0XX19) 242 2823  
Juares S. Costa CRM-SP 34997  
e-mail: terapia@familia.med.br  
home page: www.familia.med.br

# Postura aética na mídia: de fato e de ficção

Temos recebido no CRP SP, por telefone, e-mail ou fax, protestos de profissionais que, ao ver na televisão a figura de um psicólogo agindo de forma inadequada, pensam que o Conselho deve tomar algum tipo de providência. O problema não é tão simples quanto pode parecer. Em se tratando de ficção, o personagem criado por um autor logicamente não é passível de denúncia ética. Mas, nesse caso, o autor não seria? Poderia um conselho profissional estabelecer normas e censurar livros, novelas, filmes, enfim obras de ficção em geral, sob o pretexto de que a profissão esteja sendo deturpada, levando a população a ter uma visão errônea do que faz um psicólogo?

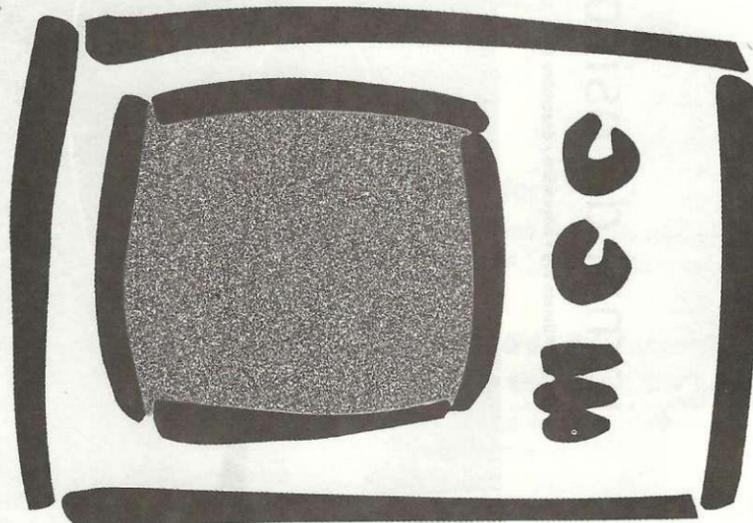
Quanto a filmes, já vimos casos - alguns muito bons - em que a conduta de um terapeuta foi pouco ética. A novela adquire outra dimensão, provavelmente pela sua longa duração e pelo número de pessoas que atinge, dando aos personagens a realidade de um vizinho ou parente, o que não acontece no cinema. De uns tempos para cá, personagens psicólogos têm aparecido com certa frequência em novelas globais. Por exemplo, na novela "Andando nas Nuvens" havia um terapeuta que mereceu várias cartas indignadas ao CRP. O citado personagem era parte de um conjunto, todos bastante caricatos, que exerciam as mais diferentes atividades: religiosos, jornalistas, vendedores, massagistas etc. Para nós,

psicólogos, as situações terapêuticas criadas chocavam especialmente. Mas e os outros não eram também absurdos?

As comédias têm esse papel, exagerando fatos, criando situações pouco plausíveis e que, por isso mesmo, nos divertem (quando bem feitas) e nos incomodam como caricaturas de mau gosto (só nós achamos?). Em relação a fatos como esses, não cabe ao Conselho interferir, respeitando a liberdade de expressão e a criatividade dos autores. Isso em nada se assemelha a entrevistas dadas por psicólogos que ferem a ética profissional (por exemplo, divulgando perfis psicológicos de pessoas públicas) ou publicida-

des que intencionalmente diminuem a profissão e fazem discriminação de gênero, como foi o caso recente da campanha da FEI "Faça FEI, faça bem feito", em que a Psicologia é colocada como coisa de mulher que procura marido.

O Conselho não nega o seu poder fiscalizador, mas o faz com parcimônia, em situações em que são veiculadas intencionalmente idéias preconceituosas em relação à profissão ou que prejudicam os usuários de nossos serviços. Portanto, as respostas às demandas relativas ao tema que nos chegam têm sido e serão sempre tão diferenciadas quanto as próprias situações o exigirem. ●



## Agenda

### Fevereiro

|25 a 26| **Conselheiros: protagonistas da democracia, debate sobre controle social**

**Programação 25/2 - sexta-feira**

8h30 Abertura

9h30 Mesa-redonda: Perspectivas de gestão para a cidadania: atuação nos conselhos de controle social e a defesa dos direitos sociais. Emerson Elias Merhy, professor de Saúde Coletiva da Unicamp; Ladislau Dowbor, professor de Pós-graduação em Economia, PUC SP; coordenadora: Odette de Godoy Pinheiro.

13h30 Discussões temáticas - Cidadania e dignidade, coordenadora: Raquel Cima. Formas de gestão: municipalização e fundos municipais, coordenador: Marcos Barreto e Maria Norma de Oliveira. Participação da comunidade nos espaços públicos: controle social ou controle dos indivíduos, coordenador: José Eduardo de Andrade. Exclusão x inclusão: o papel da educação na mudança de paradigma, coordenadora: Leny Magalhães Merch. Drogas: uma questão de polícia?, coordenador: Luís Carlos de Araújo Lima.

**Programação 26/2 - sábado**

9h00 Mesa-redonda: Papel e atuação do Ministério Público numa sociedade de direitos, dr. Vidal Serrano Júnior, promotor de Justiça, Grupo de Atuação Especial na Saúde Pública e na Saúde do Consumidor; dr. Clilton Guimarães dos Santos, promotor de Justiça, Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital; coordenadora: Odette de Godoy Pinheiro.

11h00 Mesa-redonda: Da tutela à autonomia, eixos políticos para discussão sobre as perspectivas dos conselhos de controle social. Aldaíza Sposati, assistente social, PUC SP; Rachel Raichelis, assistente social PUC SP e IEE; coordenadora: Maria Norma de Oliveira.

13h30 Discussões temáticas: Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar, coordenação: Cress SP; Conselho de Saúde, coordenação: Corene, CRP SP; Conselho de Assistência Social, coordenação: Cress SP.

Local: Hotel Excelsior, Av. Ipiranga, 770 | São Paulo SP

tel. (11) 220 0377, fax (11) 221 6653. Inscrições até 11 de fevereiro, nas instituições promotoras: CRP SP | Rua Arruda Alvim 89, Jardim América, cep 05410 020 | São Paulo SP | tel.: (11) 3061 9494, fax: (11) 3061 0306, e-mail: direcao@crpsp.org.br. Cress SP | Rua Conselheiro Nébias, 1022, Campos Elíseos | cep 01206 - 002 | São Paulo SP | tel.: 221 9311, fax: (11) 221 9311, e-mail: cress@uol.com.br. Coren SP | Rua Dona Veridiana, 298 | cep 01238-010 | São Paulo SP | tel.: (11) 221 2155, fax: 250 6369, e-mail: dpd1@corensp.org.br Vagas limitadas.

### Março | Abril

|29 a 1| **V Congresso Ibero-americano de Psicologia da Saúde**

Local: Cartagena de Indias, Colômbia. Organização: Asociación Colombiana para el Avance de las Ciencias del Comportamiento - Aba Colombia. Informações: Aba Colombia, fax: 616 7235, e-mail: wlopez@latino.net.co